

PRESTAÇÃO DE CONTAS  
CONSOLIDADAS



MUNICÍPIO DE LISBOA

2021

**RELATÓRIO DE GESTÃO**  
**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**  
**DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS**  
**CONSOLIDADOS**  
**2021**

**MUNICÍPIO DE LISBOA**

## ÍNDICE

RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO .....	4
<i>1 INTRODUÇÃO .....</i>	<i>5</i>
<i>2 ENTIDADES DO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO .....</i>	<i>5</i>
<i>3 PRINCIPAIS ATIVIDADES DO MUNICÍPIO E DAS EMPRESAS EM 2021 .....</i>	<i>7</i>
<i>3.1 SIT. ECONÓMICA E FINANCEIRA DAS EMPRESAS MUNICIPAIS DO UNIVERSO MUNICIPAL .....</i>	<i>15</i>
<i>4 BREVE ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS .....</i>	<i>15</i>
<i>4.1 SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA – VARIAÇÃO FACE AO ANO ANTERIOR.....</i>	<i>16</i>
<i>4.1.1 BALANÇO CONSOLIDADO .....</i>	<i>17</i>
<i>4.1.2 DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS.....</i>	<i>19</i>
<i>4.2 SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA CONSOLIDADA .....</i>	<i>20</i>
<i>5 FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO .....</i>	<i>21</i>
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS .....	23
<i>1 BALANÇO CONSOLIDADO .....</i>	<i>24</i>
<i>2 DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADA .....</i>	<i>25</i>
<i>3 DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA.....</i>	<i>26</i>
<i>4 DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS ALTERAÇÕES NO PATRIMÓNIO LÍQUIDO.....</i>	<i>27</i>
<i>5 ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS .....</i>	<i>28</i>
DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS CONSOLIDADAS .....	59
<i>1 DEMONSTRAÇÃO DE DESEMPENHO ORÇAMENTAL.....</i>	<i>60</i>
<i>2 DEMONSTRAÇÃO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA RECEITA CONSOLIDADA .....</i>	<i>61</i>
<i>3 DEMONSTRAÇÃO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA DESPESA CONSOLIDADA .....</i>	<i>62</i>



**RELATÓRIO DE GESTÃO  
CONSOLIDADO**

## 1 INTRODUÇÃO

Nos termos do nº 1 do art.º 74.º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, *“o regime relativo à contabilidade das autarquias locais, das entidades intermunicipais e das suas entidades associativas visa a sua uniformização, normalização e simplificação, de modo a constituir um instrumento de gestão económico-financeira e permitir o conhecimento completo do valor contabilístico do património, bem como a apreciação e julgamento das contas anuais”*. O artigo atrás citado acrescenta, através do seu nº 2, que *“a contabilidade das entidades referidas no número anterior respeita o Plano de Contas em vigor para o sector local, podendo ainda dispor de outros instrumentos necessários à boa gestão e ao controlo dos dinheiros e outros ativos públicos, nos termos previstos na lei”*. O presente relatório que anexa as contas consolidadas visa dar cumprimento a esta obrigação legal.

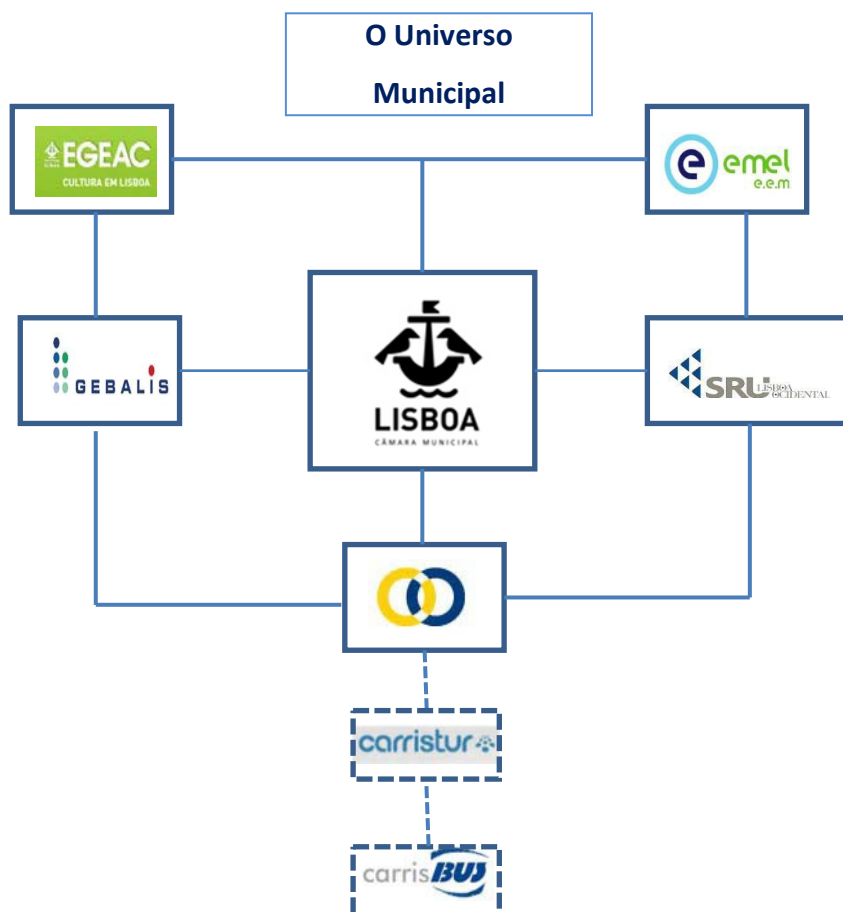
Assim, surge a necessidade de se proceder à consolidação de contas, sendo o método integral o utilizado, uma vez que o Município de Lisboa é detentor de uma percentagem de controlo em todas as entidades incluídas no perímetro. Este método preconiza a integração dos diferentes elementos que constam das demonstrações financeiras das empresas consolidadas no balanço e demonstração de resultados da empresa consolidante. Subsequente a esta integração, são eliminadas todas as operações intragrupo, ou seja, operações entre as entidades que compõem o perímetro de consolidação, evitando-se desta forma, duplicação de valores. O SNC-AP permite uniformizar os procedimentos e aumentar a fiabilidade da consolidação de contas, com uma aproximação ao SNC, - aplicados no contexto do setor empresarial local. As demonstrações financeiras consolidadas do Município foram elaboradas de acordo com Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 192/2015 de 11 de setembro, e foram aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP).

## 2 ENTIDADES DO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO

As demonstrações financeiras e orçamentais consolidadas integram, para além das relativas ao Município de Lisboa (ML), as das entidades do perímetro de consolidação, constituindo-se assim o designado Universo Municipal: o Grupo Carris – Companhia Carris de Ferro de Lisboa, EM, SA (Inclui a consolidação da Carris com as suas participadas, Carristur – Inovação em Transportes Urbanos e Regionais, Sociedade Unipessoal, Lda. e Carrisbus – Manutenção, Reparação e Transporte, S.A.), a EGEAC – Empresa de Gestão de Equipamentos e Animação Cultural, EM, a EMEL – Empresa Municipal de Mobilidade e Estacionamento de Lisboa, EM, SA, a GEBALIS Gestão do Arrendamento Social dos

Bairros Municipais de Lisboa, E.M. e a LISBOA OCIDENTAL SRU – Sociedade de Reabilitação Urbana, EM, SA (empresas cujo capital é integralmente detido pelo ML).

Em termos de demonstrações financeiras o universo Municipal é o seguinte:



No que se refere às demonstrações orçamentais consolidadas, o Universo Municipal é apenas constituído pelo Município de Lisboa, pela GEBALIS Gestão do Arrendamento Social dos Bairros Municipais de Lisboa, E.M. e pela LISBOA OCIDENTAL SRU – Sociedade de Reabilitação Urbana, EM, SA., no caso da Administração Local, o perímetro de consolidação é composto pelo conjunto de entidades incluídas neste subsector nas últimas contas setoriais publicadas pela autoridade estatística nacional, em cumprimento do Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais, de acordo com a NCP 26 número 7.2, paragrafo 23, do Decreto-Lei nº 192/2015 de 11 de setembro Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP).

### 3 PRINCIPAIS ATIVIDADES DO MUNICÍPIO E DAS EMPRESAS EM 2021

Relativamente ao Município e a cada uma das empresas municipais, releva-se:

**Município de Lisboa** - Através do Decreto n.º 3-A/2021, de 14 de janeiro, o Governo procedeu à execução da declaração do estado de emergência efetuada pelo Decreto do Presidente da República n.º 6-B/2021, de 13 de janeiro, aplicável a todo o território nacional e sucessivamente renovado até 30 de abril, consubstanciado no confinamento obrigatório e dever geral de recolhimento domiciliário dos cidadãos, na adoção obrigatória do regime de teletrabalho, na limitação de circulação e do acesso a espaços frequentados pelo público, bem como, no condicionamento da atividade, encerramento de diversos estabelecimentos e atividades culturais, desportivas, económicas, recreativas e sociais. Agravados pelo segundo período de confinamento, os efeitos económicos da atual crise continuaram a fazer-se sentir em 2021, com especial impacto no Município de Lisboa, para o que participaram concomitantemente a alteração dos hábitos de consumo, a redução dos movimentos pendulares e a queda abrupta e significativa do turismo, entre outros, influenciando a atividade municipal, com efeitos ao nível da receita e da despesa, para o que contribuíram a quebra de atividade económica, e a estratégia de atuação que o Executivo Camarário adotou para a sua prevenção, contenção e mitigação, designadamente, através da aquisição de bens e serviços específicos de proteção da saúde, do apoio às famílias e à atividade das instituições culturais, sociais, desportivas e recreativas, aos profissionais da área da cultura, aos comerciantes e empresas que operam na cidade;

No âmbito da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, lei-quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, o Município de Lisboa assumiu, no início do ano letivo de 2020/2021, competências no domínio da educação, corporizadas no planeamento, na gestão e na realização de investimentos relativos aos estabelecimentos de ensino público integrados na rede pública dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e secundário (cfr Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro). A assunção de competências nas áreas da cultura e do estacionamento público, materializadas no Decreto-Lei n.º 22/2019, de 20 de janeiro, alterado pelo artigo 190.º do Decreto-Lei n.º 84/2019, de 29 de junho e no Decreto-Lei n.º 107/2018, de 29 de novembro, respetivamente, encontram-se, ainda, em fase de implementação;

O Município de Lisboa continuou o ciclo de investimentos estruturantes inseridos no Programa Lx XXI, no âmbito dos setores da Habitação, Regeneração Urbana e Mudança Climática (Plano Geral de Drenagem), suportados no contrato de financiamento do Banco Europeu de Investimentos (BEI), com chancela do Programa Europeu de Investimento Estratégicos (Plano *Junker*), tendo a execução

acumulada do Programa, relativa ao universo municipal, a 31 de dezembro, sido de 553,2 milhões de euros, por conexão com adjudicações realizadas, dos quais 301,8 milhões de euros foram faturados;

No final do exercício de 2021, a totalidade das empresas municipais, incluindo a Companhia Carris de Ferro de Lisboa, S.A. (Carris) que incorpora a esfera municipal desde 1 de fevereiro de 2017 (Decreto-Lei n.º 86-D/2016, de 30 de dezembro, que determinou, entre outros aspetos, a transmissão da totalidade das ações representativas do capital social da empresa da titularidade do Estado para o Município de Lisboa), encontrava-se em equilíbrio de contas, com intervenção do Município na Carris, para cobertura dos resultados negativos, antes de impostos, do exercício de 2020. Na EMEL, o reforço do subsídio à exploração 2021, visando o equilíbrio das contas do exercício, ao abrigo das disposições do artigo 40.º da Lei nº 50/2012, de 31 de agosto, e ainda, o reforço do subsídio de exploração 2021 na EGEAC, para salvaguardar o equilíbrio da exploração no quadro generalizado da gestão de impactos diretos ou indiretos da crise pandémica na atividade desta empresa.

**Grupo CARRIS** – A CARRIS tem como principal atividade a prestação de serviço de transporte público urbano de superfície de passageiros.

O ano de 2021, foi ainda marcado pelos efeitos adversos que a pandemia COVID-19, e todas as medidas tomadas para a sua mitigação, tiveram na execução da estratégia definida para a CARRIS, não podendo a análise dos resultados obtidos pela empresa ser efetuada de forma isolada, quer em termos de indicadores de atividade, quer em termos financeiros.

Apesar do contexto pandémico e dos seus efeitos, salientam-se os resultados positivos alcançados pela empresa no que concerne à oferta, efeito do esforço constante da CARRIS na melhoria contínua do serviço prestado e da oferta realizada, sendo assim possível aumentar a oferta em cerca de +6,5% (representando +2,2 Milhões de veic.km), e a taxa de cumprimento de serviço de 99,7%, valores acima dos acordados através do Contrato de Concessão.

Em termos de procura, foi possível obter resultados mais favoráveis do que no ano transato, representando um aumento de 15%, correspondendo a mais 11,9 milhões de passageiros transportados com título válido. No entanto, estes resultados ficaram ainda aquém dos realizados em 2019, registando assim uma perda na ordem dos 35% face ao ano pré-pandemia. Em termos de receita tarifária (inclui compensações tarifárias) assistiu-se a um aumento de 2,7%, representando ainda uma diminuição de cerca de 27,4 milhões de euros, face ao ano de 2019.

Manteve-se o foco em fortalecer a relação com a marca, em comunicar de forma permanente e informar atempadamente todos os ajustes de serviço.



A CARRIS assume-se atualmente como uma empresa estruturalmente equilibrada, a nível financeiro, no que se refere à prestação de Serviço Público, em resultado das suas diferentes fontes de receita, incluindo nelas as Compensações por Obrigações de Serviço Público, associadas ao Contrato de Concessão. Realça-se que no decorrer do ano, foi atribuído um subsídio, pela AML/TML, no âmbito do Decreto-Lei n.º 14-C/2020, de 7 de abril, alterado pelos Decretos-Leis números 39-A/2020, de 16 de julho, e 106-A/2020, de 30 de dezembro, pela Lei n.º 75-B/2020, de 31 de dezembro, e pelos Decretos-Leis números 6-B/2021, de 15 de janeiro e 39/2021, de 31 de maio, cujo objetivo é a compensação aos operadores pelo deficit de exploração, resultante da manutenção dos níveis de oferta num contexto de redução significativa da procura.

A CARRISTUR viu a sua atividade bastante condicionada durante o ano de 2021, decorrente do estado pandémico verificado. Sendo a sua atividade essencialmente relacionada com o sector turístico, e sendo este um dos mais afetados, assistiu-se a uma evolução negativa dos principais resultados, obtendo um resultado líquido negativo, de 2,9 milhões de euros.

Ao longo do ano, a CARRISTUR viu-se forçada a suspender a sua atividade em Lisboa, no Porto e Madeira no primeiro quadrimestre, e nas cidades onde a exploração é habitualmente sazonal, esta não foi sequer ativada, pelo segundo ano consecutivo. A atividade de formação e da Escola de Condução também foram significativamente reduzidas devido a todos os constrangimentos e restrições de movimentação.

Apesar da melhoria na atividade nos dois últimos quadrimestres de 2021, representando um aumento das vendas face ao período homólogo, estas pouco ultrapassaram 20% do verificado em 2019, e no ano completo o volume de negócios ficou abaixo do registado em 2020 (-20%).

Por este motivo houve um enorme esforço da empresa, num rigoroso processo de contenção de despesas, que culminou com um resultado líquido, apesar de negativo, mais favorável do que no ano transato.

A atividade da Companhia carris de Ferro, corresponde a uma dimensão no universo do Grupo CARRIS de destaque, representando o seu volume de negócios mais de 97% do total.

Tendo em atenção o já referido anteriormente, o contexto vivenciado em 2021 apresentou melhorias face ao ano transato, nomeadamente um ligeiro aumento do volume de negócios, justificado pelo resultado alcançado pela CARRIS. Salienta-se que apesar do período em causa ser caracterizado por um retomar da atividade, representa ainda uma diminuição, do volume de negócios, de 35% face a 2019, período pré-pandemia.

O Grupo CARRIS, em 2021, apresentou um resultado líquido positivo na ordem dos 11,5 milhões de euros.

**EGEAC** – O encerramento não previsto dos equipamentos da EGEAC, gerado pela pandemia, obrigou a um reajuste no Contrato-Programa de 2021, através da celebração de uma Adenda (Deliberação nº 767/CM/2021).

O reequilíbrio dos Rendimentos, no último trimestre do ano, devido ao crescimento dos visitantes do Castelo de São Jorge, permitiu fixar o valor do reforço em 380 mil euros. Assim, o valor do Contrato-Programa de 2021 foi de 22 350 000 euros.

### **Rendimentos**

A previsão orçamental efetuada em setembro de 2020, ao nível dos rendimentos, não previa que fosse decretado um novo Estado de Emergência passados 15 dias do início do ano que se prolongou até abril. A situação pandémica que se manteve ao longo do ano, influenciou de forma negativa os fluxos turísticos que determinaram um número bastante menor de visitantes ao Castelo de S. Jorge e ao Padrão dos Descobrimentos, equipamentos cujas bilheteiras são determinantes na obtenção de rendimentos.

Em sequência, os rendimentos de funcionamento apresentam um desvio negativo de 39%. Obtiveram-se menos 4,3 milhões de euros do que o previsto.

### **Gastos**

Os gastos globais situam-se 12% abaixo do orçamentado, representando um desvio de quase 4 milhões de euros. O maior desvio acontece nos Gastos de Atividade com uma execução inferior em 2,6 milhões de euros. Foi a programação em espaço público que ficou mais condicionada (pela não realização das Festas de Lisboa e das festividades de Passagem de ano). Seguem-se as Amortizações com -19%, os Gastos de Funcionamento e as Despesas com Pessoal com -4% cada.

### **Investimento**

A EGEAC investiu, em 2021, mais de 1,2 milhões de euros, sendo que 43% do valor foi aplicado em Equipamento Técnico, nomeadamente no Teatro do Bairro Alto (cerca de 180 mil euros), e no Museu de Lisboa (cerca de 140 mil euros). Os Edifícios e Outras Construções e os Investimentos em Curso ficaram com mais de 24% cada.

O período de confinamento foi aproveitado, principalmente, para obras de reabilitação/requalificação em alguns equipamentos, nomeadamente no Museu de Lisboa, no TBA, no Castelo de S. Jorge e no Padrão dos Descobrimentos. Estas quatro Unidades Orgânicas absorveram mais de 50% do total investido.

**EMEL** –A atividade da EMEL ao longo do exercício económico de 2021 fica marcada, pelo segundo ano consecutivo, pelos efeitos da pandemia de Covid 19, com forte destaque para o período de confinamento em que o Município de Lisboa decidiu, uma vez mais, suspender o pagamento das tarifas de estacionamento na via pública, por sinal a principal fonte de receitas da empresa.

A estratégia que vinha sendo seguida, de alavancar a participação da empresa em novas, e mais impactantes, dimensões da gestão da mobilidade, sobre os meios libertos pela exploração do estacionamento, especialmente na via pública, confrontou-se, novamente, com sérios constrangimentos.

O equilíbrio de exploração foi ameaçado pelo encerramento do acesso à principal fonte de rendimentos, por um período que se estendeu ainda por mais dias do que no ano anterior, tendo o Município garantido a sua preservação, e assim a solidez financeira do seu braço empresarial na implementação da política de mobilidade.

- **Estacionamento**

A expansão da área de estacionamento ordenado, que até à chegada da pandemia decorria em grande ritmo, quase estagnou, ficando-se, nos últimos dois anos, por um aumento líquido médio de cerca de mil lugares. Nos próximos anos perspectiva-se uma nova intensificação do ritmo de aberturas, mas sem que se chegue aos números de 2018 ou 2019. Apesar da redução da oferta, os rendimentos de estacionamento em parques registaram um valor em linha com o alcançado em 2020, na ordem dos 3,3 milhões de euros, evidenciando uma clara recuperação da procura.

- **Mobilidade**

Em 2021, a empresa fortaleceu a sua proposta de valor na vertente da inclusão, oferecendo à cidade um novo percurso, mecanicamente assistido, de acesso à colina do Castelo, Elevador da Sé, que se vem juntar ao percurso Baixa-Castelo, com uso dos elevadores da Rua dos Fanqueiros e do Parque de Estacionamento do Mercado do Chão do Loureiro, e às Escadas Rolantes da Mouraria. Para completar esta rede estão já em curso as obras de instalação do Funicular da Graça.

Na promoção da mobilidade elétrica há a destacar a criação da marca LEVE, a imagem com que a EMEL se apresenta no mercado do carregamento de veículos elétricos, totalmente desenvolvida internamente, e a entrada em exploração dos três hubs de carregamento rápido, cada um com seis carregadores.

- **Inovação**

Para conseguir conceber e implementar soluções capazes de ir ao encontro das expectativas e necessidades de quem se desloca em Lisboa, a EMEL assume uma posição proativa e de permanente

inovação. Após os sobressaltos registados nos sistemas EMEL, aquando da reintrodução da cobrança de estacionamento na via pública após o período de confinamento, a área de Sistemas de Informação da empresa foi alvo de profunda reestruturação, orientando a sua atividade sobre três vetores fundamentais: **i) foco; ii) agilidade e iii) parcerias**. É com este alinhamento que está em curso um conjunto de projetos que, uma vez implementados, conduzirão a maior qualidade de serviço e transparência, eficiência e flexibilidade indispensáveis para a viabilização de uma mobilidade mais sustentável.

**GEBALIS** – Ainda que marcado pelo contexto pandémico e pelos seus impactos nos métodos e formas de trabalhar, o trabalho da GEBALIS em 2021, destacou-se pelo desenvolvimento de projetos de intervenção local e de manutenção e conservação do património, adaptados às medidas de saúde pública vigentes (municípios, entidades parceiras e trabalhadores/as).

A atividade desenvolvida no âmbito da Intervenção Local, pautou-se pelo reforço da ação de proximidade numa lógica sistémica, integrada e descentralizada promotora de uma pedagogia de responsabilidade coletiva entre os diversos agentes que intervêm na gestão do arrendamento de património municipal de habitação.

A pandemia, ao limitar no terreno o desenvolvimento de ações presenciais, acabou por reforçar a capacidade de atendimento via email e a gestão administrativa dos contratos de arrendamento. Assinala-se neste contexto, a preciosa colaboração dos Residentes ‘Gestores de Lote’, no quadro do Programa Lotes ComVida (LCV) da GEBALIS, concretizando na prática o objetivo de co-governabilidade dos espaços de habitar, consolidando este programa enquanto principal programa de ação da Empresa para a gestão dos espaços comuns dos lotes.

De salientar a aplicação das metodologias da ciência comportamental - «nudge» - na prevenção de dívida através não só de alterações na forma e texto das notificações de rendas em atraso (1 a 3 recibos), como do seu envio mensal sistemático, procurando atuar de forma preventiva. No entanto, outras também merecem nota, nomeadamente: a consolidação da MARS – Matriz de Análise de Risco Sócio Habitacional, e o programa Bem Vindos destinado ao acolhimento de novos residentes contribuindo para a sua melhor adaptação à nova residência.

No que concerne à manutenção, conservação e reabilitação do patrimonial, o plano previsto para as atividades a realizar em 2021 ajustou-se aos impactos das variáveis associadas à COVID-19 sem descaracterizar os objetivos estratégicos traduzidos no desenvolvimento de atividades para Manter – Conservar – Requalificar – Inovar, o património sob gestão da GEBALIS e, em ações de divulgação junto de instituições relativa a procedimentos adotados pela unidade orgânica no que diz respeito à

manutenção e sensibilização para as boas práticas na conservação e zelo pelo bem público (municipal) junto dos residentes e comunidade local.

Destaca-se a continuidade das obras de reabilitação em património municipal no âmbito dos Contratos-Programa 398/CM/2015 (Quinta dos Ourives – Beato), 349/CM/2018 (Casal dos Machados – Parque Nações, Quinta Loureiro – Campo Ourique e Armador – Marvila), 601/CM/2019 (Furnas – S. Domingos de Benfica) e 602/CM/2019 (Quinta Cabrinha – Alcântara) e, ainda, a reabilitação de 269 frações de habitação e a manutenção do parque de ascensores, sob gestão GEBALIS, de 1192 elevadores. Em 2021 foi ainda concretizada mais uma obra no âmbito do “Projeto LIFE” no Bairro Casal dos Machados – Parque Nações.

**Lisboa Ocidental, SRU** – O ano de 2021, foi um ano marcado pela continuidade do contexto causado pela pandemia COVID-19, que afetou em diferentes escalas e graus todos os setores de atividade económica à escala mundial. A atividade da SRU, atualmente centrada na gestão de projetos e obras, sofreu um impacto direto e relevante destas circunstâncias extraordinárias.

Foi um ano de consolidação da operacionalização da estratégia definida em 2018 pelo Município de Lisboa, tendo-se registado, apesar do período pandémico, uma forte aceleração da atividade e uma elevada taxa de execução dos projetos e obras previstas.

As atividades desenvolvidas resultaram do plano para 2021, e subsequente Revisão aos Instrumentos de Gestão Previsionais para 2021 ocorrida em julho que aumentou o Plano de Atividades em 8 Milhões de euros, aprovado pelo Município de Lisboa, estando organizado em Programas, refletidos formalmente nos Contratos de Mandato celebrados com o Município.

Os Programas e os Contratos de Mandatos orientam, portanto, de forma crucial a atividade da empresa, possibilitando, com orgulho e sentido de responsabilidade, para a prossecução de quatro das políticas públicas que integram as Grandes Opções do Plano para a Cidade, tal como definidas pelos Órgãos Municipais.

- **Programa Habitação a Renda Acessível;**

Programa de Arrendamento a custos acessíveis (PACA) – PRA Público - Tem como objetivo a construção em terrenos municipais e a colocação no mercado de arrendamento, de 3.000 habitações com rendas acessíveis dirigidas à classe média;

Programa de Arrendamento Acessível – Concessões - Tem no seu propósito, prestar assessoria à Câmara Municipal de Lisboa na preparação das operações de Renda Acessível a desenvolver num modelo de cooperação com o sector privado, através de contratos de Concessão de Obra Pública.

- **Programa Escolas e Creches**

O plano de beneficiação geral dos equipamentos escolares contempla a melhoria das condições de segurança, de acessibilidades, de funcionalidade, de conforto e ambientais, através da implementação de diversas soluções técnicas.

- **Programa Centros de Saúde e outros equipamentos**

Este programa tem por missão a instalação de Unidades de Saúde, Centros Intergeracionais, equipamentos culturais/comunitários, 2 edifícios municipais de Serviços e 2 Postos de Limpeza no Município.

- **Programa Espaço Público**

Este programa tem como missão a promoção de intervenções de requalificação de espaços públicos existentes com dotação de passeios, ciclovias, zonas de lazer e desporto, reorganização de estacionamento e mobiliário urbano, bem como a criação de parques urbanos, obras de arte (pontes e túneis) e rodovias.

Foi deste modo possível alcançar a taxa de execução de cerca de 87% do valor orçamentado para o Plano de Atividades.

### 3.1 SIT. ECONÓMICA E FINANCEIRA DAS EMPRESAS MUNICIPAIS DO UNIVERSO MUNICIPAL

Unid: milhares de euros

Rubricas	Município	GRUPO CARRIS	EGEAC	EMEL	GEBALIS	SRU
Capital Social	2.077.572	78.674	449	32.000	1.300	2.000
Capital Próprio	2.608.306	114.544	3.911	40.601	4.023	17.255
Activo Não Corrente	2.947.228	125.876	10.012	63.928	812	32.314
Activo Corrente	382.214	83.053	6.754	14.296	20.889	28.689
Passivo Total	721.137	94.385	12.856	37.623	17.678	43.747
Passivo Não Corrente	514.606	25.735	1.504	4.507	9.049	19.149
Passivo Corrente	206.531	68.649	11.351	33.116	8.628	24.598
Rendimentos Totais	776.510	159.566	29.403	49.762	30.320	77.716
Subsídios de Exploração	78.058	75.198	22.486	6.256	9.111	8.659
Gastos Totais	-877.767	-145.232	-29.350	-49.626	-29.051	-77.713
Gastos com Pessoal	-258.992	-80.992	-14.600	-18.580	-6.301	-4.931
RAI	-101.257	14.334	53	136	1.269	4
EBITDA	-10.492	30.922	1.447	6.330	1.569	281
RL	-101.257	11.546	3	29	992	-
N.º Empregados	9.973	2.817	419	780	225	107

## 4 BREVE ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Conforme é conhecido, a dimensão da atividade empresarial local no Universo Municipal relativamente à diretamente desenvolvida pelo ML é reduzida – por exemplo, o total dos Ativos das empresas municipais é de 386,68 milhões de euros, que representam 12 % do total do ativo do Município individualmente considerado e o total da faturação de serviços e impostos é de 206,4 milhões de euros que compara com os 643,1 milhões de euros obtidos pelo Município. O peso do

Município tem vindo a decrescer relativamente aos anos anteriores devido à inclusão do Grupo Carris com um impacto de cerca de 79,4 milhões de euros.

Deste modo, as contas consolidadas agora apresentadas estão essencialmente marcadas pela evolução da situação económica e financeira do Município durante o exercício de 2021, quando individualmente considerado. Todos os aspetos positivos e negativos conseguidos e já relevados no Relatório de Gestão das Contas Individuais de 2021, são confirmados pelos dados consolidados, tanto mais que as empresas municipais apresentam igualmente uma situação de equilíbrio, quer no seu conjunto, quer quando consideradas individualmente.

Salienta-se a existência do registo de trabalhos para a própria entidade em termos consolidados, de 86,4 milhões de euros (SRU: 77,8 milhões de euros; Emel: 8,4 milhões de euros e Egeac: 0,2 milhões de euros), que se refere à faturação ao Município por parte das empresas, ao abrigo dos contratos de mandato e que o Município regista em Ativos Fixos tangíveis (investimentos em curso). Estão ainda incluídos 458 mil euros, relativos a trabalhos gerados no Grupo Carris.

#### **4.1 SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA – VARIAÇÃO FACE AO ANO ANTERIOR**



## 4.1.1 BALANÇO CONSOLIDADO

Rubricas	Consolidado do Município de Lisboa	
	2021	2020
<b>ATIVO</b>		
<b>Ativo não corrente</b>		
Ativos fixos tangíveis	2.828.175.370,26	2.725.663.863,27
Propriedades de investimento	9.923.599,32	9.305.355,35
Ativos intangíveis	4.789.422,74	4.794.453,11
Ativos biológicos		
Investimentos financeiros	69.576.430,62	67.566.424,49
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios		
Acionistas/sócios/associados		
Diferimentos	1.760.355,66	8.283.252,73
Outros ativos financeiros	38.122,87	1.605.507,58
Ativos por impostos diferidos	312.642,79	312.642,79
Clientes, contribuintes e utentes	294.746,60	559.884,89
Outras contas a receber	32.380.425,11	34.474.656,58
	<b>2.947.251.115,97</b>	<b>2.852.566.040,79</b>
<b>Ativo corrente</b>		
Inventários	6.208.698,11	6.314.475,70
Ativos biológicos		
Devedores por transferências e subsídios não bonificados	1.840.879,28	8.416.560,97
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios		
Clientes, contribuintes e utentes	17.724.526,43	20.543.248,77
Estado e outros entes públicos	6.815.545,29	6.267.352,37
Acionistas/sócios/associados		
Outras contas a receber	223.633.905,04	231.026.113,30
Diferimentos	7.455.914,84	7.514.675,10
Ativos financeiros detidos para negociação		
Outros ativos financeiros		
Ativos não correntes detidos para venda		
Caixa e depósitos	222.442.148,74	328.644.550,05
	<b>486.121.617,73</b>	<b>608.726.976,26</b>
<b>Total Ativo</b>	<b>3.433.372.733,70</b>	<b>3.461.293.017,05</b>
<b>PATRIMÓNIO LÍQUIDO</b>		
Património/Capital	2.077.571.636,70	2.077.571.636,70
Ações (quotas) próprias	-4,00	-4,00
Outros instrumentos de capital próprio		
Prémios de emissão		
Reservas	96.333.142,19	96.311.124,85
Resultados transitados	18.340.260,27	24.012.426,04
Ajustamentos em ativos financeiros	-11.647.273,46	-8.857.552,03
Excedentes de revalorização	67.384.597,79	71.483.212,44
Outras variações no Património Líquido	462.585.979,36	462.424.266,61
Resultado líquido do período	<b>-86.222.087,26</b>	<b>-24.793.312,48</b>
Dividendos antecipados		
Interesses que não controlam		
<b>Total Património Líquido</b>	<b>2.624.346.251,59</b>	<b>2.698.151.798,13</b>
<b>PASSIVO</b>		
<b>Passivo não corrente</b>		
Provisões	204.721.220,02	195.533.845,58
Financiamentos obtidos	244.358.904,83	219.536.832,97
Fornecedores de investimentos		
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	11.356.493,56	10.659.663,39
Diferimentos	43.364.727,04	38.447.822,23
Passivos por impostos diferidos	13.318.488,62	11.555.482,47
Outras contas a pagar	41.599.934,81	54.509.863,09
Fornecedores		
	<b>558.719.768,88</b>	<b>530.243.509,73</b>
<b>Passivo corrente</b>		
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis concedidos	6.984,90	-
Fornecedores	21.458.273,94	18.779.523,24
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	1.451.128,58	1.487.308,58
Estado e outros entes públicos	9.515.576,31	5.744.570,22
Acionistas/sócios/associados		
Financiamentos obtidos	31.910.308,22	33.321.130,22
Fornecedores de investimentos	1.548.531,64	3.253.763,85
Outras contas a pagar	153.157.362,78	136.857.568,04
Diferimentos	31.258.546,86	33.453.845,04
Passivos financeiros detidos para negociação		
Outros passivos financeiros		
	<b>250.306.713,23</b>	<b>232.897.709,19</b>
<b>Total Passivo</b>	<b>809.026.482,11</b>	<b>763.141.218,92</b>
<b>Total Património Líquido e Passivo</b>	<b>3.433.372.733,70</b>	<b>3.461.293.017,05</b>

- O valor do ativo consolidado é de 3.433,4 milhões de euros, composto essencialmente pelo valor apresentado no balanço individual do Município de Lisboa, entidade consolidante, em 3.329,4 milhões de euros, cerca de 97%;
- Comparativamente com o ano de 2020, verifica-se que os Ativos Fixos Tangíveis observaram um acréscimo de 102,5 milhões de euros, em resultado das adições e alienações registadas, principalmente no que se refere aos trabalhos efetuados pela Lisboa Ocidental, SRU, no âmbito dos contratos de mandato. Estes valores foram deduzidos pelo reconhecimento das depreciações do período;
- Quanto ao decréscimo em depósitos em instituições financeiras e caixa é reflexo da variação ocorrida nas contas do Município de Lisboa.
- O património líquido apresenta um valor de 2.624,3 milhões de euros, verificando-se uma variação negativa de 73,8 milhões de euros, comparativamente com o período anterior, que é justificada essencialmente pela existência de resultados líquidos negativos nas contas do Município no ano de 2021;
- No que se refere ao passivo, registou-se um acréscimo de 45,9 milhões de euros, reflexo essencialmente do acréscimo do valor dos financiamentos obtidos, de 23,4 milhões de euros, ocorrido nas contas do Município de 16,3 milhões de euros, registando-se ainda um acréscimo de 9,2 milhões de euros em provisões, reflexo da constituição de uma provisão, nas contas do Município, para fazer face a possíveis responsabilidades com a ATL, no âmbito do protocolo.

## 4.1.2 DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS

Rendimentos e Gastos	Consolidado do Município de Lisboa	
	2021	2020
Impostos, contribuições e taxas	543.551.289,42	535.422.832,18
Vendas	6.293.509,39	4.491.222,90
Prestações de serviços e concessões	236.045.435,71	233.333.173,26
Transferências e subsídios correntes obtidos	108.847.227,94	77.708.192,37
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas,	3.002.885,37	811.148,13
Variações nos inventários da produção	53.292,90	-11.170,88
Trabalhos para a própria entidade	86.851.666,75	34.371.826,25
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-23.285.445,40	-20.525.896,76
Fornecimentos e serviços externos	-299.553.673,13	-252.484.905,60
Gastos com pessoal	-384.396.702,03	-374.614.566,78
Transferências e subsídios concedidos	-224.960.905,33	-172.275.720,40
Prestações sociais		
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	-	7.346,28
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	996.557,92	-1.441.136,08
Provisões (aumentos/reduções)	-10.567.097,72	22.973.457,60
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis	-21.622,69	-9.558,15
Aumentos/reduções de justo valor		
Outros rendimentos e ganhos	31.882.846,68	54.254.547,38
Outros gastos	-42.137.556,04	-57.344.926,08
<b>Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento</b>	<b>32.601.709,74</b>	<b>84.665.865,62</b>
Gastos/reversões de depreciação e amortização	-113.189.789,02	-106.927.217,22
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis		
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)</b>	<b>-80.588.079,28</b>	<b>-22.261.351,60</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	680.502,56	822.338,20
Juros e gastos similares suportados	-3.090.037,43	-3.898.247,75
<b>Resultado antes de impostos</b>	<b>-82.997.614,15</b>	<b>-25.337.261,15</b>
Imposto sobre o rendimento	-3.224.473,11	543.948,67
<b>Resultado líquido do período</b>	<b>-86.222.087,26</b>	<b>-24.793.312,48</b>

- O resultado líquido consolidado é negativo em 86,2 milhões de euros, apresentando um decréscimo de 61,4 milhões de euros comparativamente com o período homólogo de 2020.
- A variação mais significativa aconteceu nas rubricas, fornecimentos e serviços externos, devido ao incremento da atividade da Lisboa Ocidental, SRU, no que se refere aos seus fornecedores, assim como, na rubrica transferências e subsídios concedidos, sendo que o incremento ocorreu nas contas do Município (+12,8 milhões de euros para as Juntas de freguesia e +33,9 milhões de euros no âmbito do programa Lisboa Protege);
- O resultado consolidado encontra-se ainda afetado positivamente em 86,9 milhões de euros (2020: 34,4 milhões de euros), pelo registo do valor dos trabalhos para a própria entidade, que se

referem aos trabalhos efetuados pelas empresas municipais nos ativos do Município, ao abrigo dos contratos de mandato.

## 4.2 SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA CONSOLIDADA

Comparando o contributo para os números consolidados da atividade do Município, por um lado, e do conjunto das empresas municipais, por outro, são apresentados o balanço e a demonstração de resultados muito sintetizados:

Rubricas	Consolidado do Município de Lisboa	Município de Lisboa	Outras entidades	Ajustamentos consolidação	% ML
	2021	2021	2021	2021	2021
<b>ATIVO</b>					
<b>Ativo não corrente</b>					
Ativos fixos tangíveis	2.828.175.370,26	2.632.756.020,47	207.183.726,60	-11.764.376,81	93%
Outras contas a receber	32.380.425,11	32.380.425,11	-	-	100%
Outros	86.695.320,60	282.091.659,31	25.758.984,65	-221.155.323,36	325%
	<b>2.947.251.115,97</b>	<b>2.947.228.104,89</b>	<b>232.942.711,25</b>	<b>-232.919.700,17</b>	<b>100%</b>
<b>Ativo corrente</b>					
Outras contas a receber	223.633.905,04	223.041.593,50	47.624.650,51	-47.032.338,97	100%
Caixa e depósitos	222.442.148,74	139.120.378,89	83.321.769,85	-	63%
Outros	40.045.563,95	20.052.468,91	22.734.807,74	-2.741.712,70	50%
	<b>486.121.617,73</b>	<b>382.214.441,30</b>	<b>153.681.228,10</b>	<b>-49.774.051,67</b>	<b>79%</b>
<b>Total Ativo</b>	<b>3.433.372.733,70</b>	<b>3.329.442.546,19</b>	<b>386.623.939,35</b>	<b>-282.693.751,84</b>	<b>97%</b>
<b>PATRIMÓNIO LÍQUIDO</b>					
Património/Capital	2.077.571.636,70	2.077.571.636,70	114.422.918,11	-114.422.918,11	100%
Outras variações no Património Líquido	462.585.979,36	405.933.487,28	56.652.492,08	-	88%
Outros	170.410.722,79	226.058.062,64	-3.310.507,68	-52.336.832,17	133%
Resultado líquido do período	-86.222.087,26	-101.257.156,09	12.570.904,27	2.464.164,56	117%
<b>Total Património Líquido</b>	<b>2.624.346.251,59</b>	<b>2.608.306.030,53</b>	<b>180.335.806,78</b>	<b>-164.295.585,72</b>	<b>99%</b>
<b>PASSIVO</b>					
<b>Passivo não corrente</b>					
Provisões	204.721.220,02	202.145.378,64	4.932.265,26	-2.356.423,88	99%
Financiamentos obtidos	244.358.904,83	220.411.018,22	23.947.886,61	-	90%
Outros	109.639.644,03	92.049.122,30	31.065.521,73	-13.475.000,00	84%
	<b>558.719.768,88</b>	<b>514.605.519,16</b>	<b>59.945.673,60</b>	<b>-15.831.423,88</b>	<b>92%</b>
<b>Passivo corrente</b>					
Outras contas a pagar	153.157.362,78	135.582.108,46	75.131.466,57	-57.556.212,25	89%
Diferimentos	31.258.546,86	25.318.108,36	8.303.241,20	-2.362.802,70	81%
Outros	65.890.803,59	45.630.779,68	62.907.751,20	-42.647.727,29	69%
	<b>250.306.713,23</b>	<b>206.530.996,50</b>	<b>146.342.458,97</b>	<b>-102.566.742,24</b>	<b>83%</b>
<b>Total Passivo</b>	<b>809.026.482,11</b>	<b>721.136.515,66</b>	<b>206.288.132,57</b>	<b>-118.398.166,12</b>	<b>89%</b>
<b>Total Património Líquido e Passivo</b>	<b>3.433.372.733,70</b>	<b>3.329.442.546,19</b>	<b>386.623.939,35</b>	<b>-282.693.751,84</b>	<b>97%</b>

Como se pode verificar no quadro acima, no exercício de 2021, os valores do balanço consolidado não apresentam variações muito significativas relativamente ao balanço individual do Município, que representa cerca de 97% do Ativo consolidado. A variação mais significativa ocorreu nos Ativos Fixos Tangíveis, onde nas outras entidades (entidades do perímetro de consolidação) de um valor de 207,2 milhões de euros se inclui um valor de 122,9 milhões de euros (59%) relativo ao grupo Carris.

	Consolidado do Município de Lisboa	Município de Lisboa	Outras entidades	Ajustamentos consolidação	% ML
Rendimentos e Gastos	2021	2021	2021	2021	2021
Impostos, contribuições e taxas	543.551.289,42	543.674.301,52	0,00	-123.012,10	100%
Prestações de serviços e concessões	236.045.435,71	99.441.191,68	206.363.185,65	-69.758.941,62	42%
Transferências e subsídios correntes obtidos	108.847.227,94	78.058.056,16	121.710.113,77	-90.920.941,99	72%
Fornecimentos e serviços externos	-299.553.673,13	-154.943.073,20	-148.778.939,51	4.168.339,58	52%
Gastos com pessoal	-384.396.702,03	-258.992.469,39	-125.404.232,64	-	67%
Transferências e subsídios concedidos	-224.960.905,33	-323.979.721,50	0,00	99.018.816,17	144%
Outros	53.069.037,16	6.250.001,89	-13.340.862,29	60.159.897,56	12%
<b>Resultados antes de depreciações e gastos de</b>	<b>32.601.709,74</b>	<b>-10.491.712,84</b>	<b>40.549.264,98</b>	<b>2.544.157,60</b>	<b>-32%</b>
Gastos/reversões de depreciação e amortização	-113.189.789,02	-88.730.602,22	-24.459.186,80	-	78%
<b>Resultado operacional (antes de gastos de</b>	<b>-80.588.079,28</b>	<b>-99.222.315,06</b>	<b>16.090.078,18</b>	<b>2.544.157,60</b>	<b>123%</b>
Outros	-2.409.534,87	-2.034.841,03	-294.700,80	-79.993,04	84%
<b>Resultado antes de impostos</b>	<b>-82.997.614,15</b>	<b>-101.257.156,09</b>	<b>15.795.377,38</b>	<b>2.464.164,56</b>	<b>122%</b>
Imposto sobre o rendimento	-3.224.473,11	-	-3.224.473,11	-	-
<b>Resultado líquido do período</b>	<b>-86.222.087,26</b>	<b>-101.257.156,09</b>	<b>12.570.904,27</b>	<b>2.464.164,56</b>	<b>117%</b>

No quadro acima, verifica-se que as contas individuais do Município, mantém o seu peso, comparativamente com os rendimentos e gastos consolidados.

## 5 FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO

Quando ocorrem eventos subsequentes à data do balanço que demonstram a evidência de condições que já existiam à data do balanço, o impacto desses eventos é ajustado nas demonstrações financeiras. Caso contrário, eventos subsequentes à data do balanço com uma natureza e dimensão material são descritos nesta nota.

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras Consolidadas de 31 de dezembro de 2021.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas, com exceção da continuidade da pandemia cujo plano de desconfinamento se encontra em curso.

No caso da Carris, a perda de rendimentos decorrente da redução da procura, embora se preveja uma evolução positiva ao longo do ano de 2022, continuará a ser compensada pelas verbas a disponibilizar pela TML, nos termos do referido Decreto-Lei n.º 104/2021, não se prevendo, à data, para o ano de 2022, alterações significativas aos apoios que integraram os rendimentos da CARRIS para 2021.

É de relevar também que a invasão da Ucrânia tem impactos devastadores, que podem afetar as entidades a nível global, gerando um elevado grau de incerteza para as entidades. As implicações no relato financeiro podem também ser muito significativas, com efeitos que dependem da realidade de cada entidade.

Os impactos devem ser revistos regularmente, pois o desenvolvimento, a duração e as consequências da guerra são imprevisíveis.

As entidades devem considerar as questões relacionadas com a aplicação do pressuposto da continuidade, nomeadamente pelo efeito adverso que pode ser suscitado pela guerra na Ucrânia, pelas sanções aplicáveis à Federação Russa e à Bielorrússia e outros efeitos colaterais, com destaque nas repercussões sobre, por exemplo, o preço e disponibilidade de matérias-primas, energia ou outros aspetos comerciais ou tecnológicos (IT), que as empresas do Grupo vão acompanhar durante o ano de 2022.



**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
CONSOLIDADAS**

# 1 BALANÇO CONSOLIDADO

Município de Lisboa

Balanço Consolidado - 31 de dezembro de 2021

(unidade: Euro)

Rubricas	Notas	Consolidado do Município de Lisboa	Consolidado do Município de Lisboa
		2021	2020
<b>ATIVO</b>			
<b>Ativo não corrente</b>			
Ativos fixos tangíveis	5	2.828.175.370,26	2.725.663.863,27
Propriedades de investimento	8	9.923.599,32	9.305.355,35
Ativos intangíveis	3	4.789.422,74	4.794.453,11
Ativos biológicos			
Investimentos financeiros	18.1	69.576.430,62	67.566.424,49
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis			
Acionistas/sócios/associados			
Diferimentos		1.760.355,66	8.283.252,73
Outros ativos financeiros	18.1	38.122,87	1.605.507,58
Ativos por impostos diferidos		312.642,79	312.642,79
Clientes, contribuintes e utentes	18.1	294.746,60	559.884,89
Outras contas a receber	18.1	32.380.425,11	34.474.656,58
		<b>2.947.251.115,97</b>	<b>2.852.566.040,79</b>
<b>Ativo corrente</b>			
Inventários	10	6.208.698,11	6.314.475,70
Ativos biológicos			
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	18.1	1.840.879,28	8.416.560,97
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis			
Clientes, contribuintes e utentes	18.1	17.724.526,43	20.543.248,77
Estado e outros entes públicos		6.815.545,29	6.267.352,37
Acionistas/sócios/associados			
Outras contas a receber	18.1	223.633.905,04	231.026.113,30
Diferimentos		7.455.914,84	7.514.675,10
Ativos financeiros detidos para negociação			
Outros ativos financeiros			
Ativos não correntes detidos para venda			
Caixa e depósitos	1	222.442.148,74	328.644.550,05
		<b>486.121.617,73</b>	<b>608.726.976,26</b>
<b>Total Ativo</b>		<b>3.433.372.733,70</b>	<b>3.461.293.017,05</b>
<b>PATRIMÓNIO LÍQUIDO</b>			
Património/Capital		2.077.571.636,70	2.077.571.636,70
Ações (quotas) próprias		-4,00	-4,00
Outros instrumentos de capital próprio			
Prémios de emissão			
Reservas		96.333.142,19	96.311.124,85
Resultados transitados		18.340.260,27	24.012.426,04
Ajustamentos em ativos financeiros		-11.647.273,46	-8.857.552,03
Excedentes de revalorização		67.384.597,79	71.483.212,44
Outras variações no Património Líquido	14	462.585.979,36	462.424.266,61
Resultado líquido do período		-86.222.087,26	-24.793.312,48
Dividendos antecipados			
Interesses que não controlam			
<b>Total Património Líquido</b>		<b>2.624.346.251,59</b>	<b>2.698.151.798,13</b>
<b>PASSIVO</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
Provisões	15	204.721.220,02	195.533.845,58
Financiamentos obtidos	7/18.2	244.358.904,83	219.536.832,97
Fornecedores de investimentos			
Responsabilidades por benefícios pós-emprego		11.356.493,56	10.659.663,39
Diferimentos	24.2	43.364.727,04	38.447.822,23
Passivos por impostos diferidos		13.318.488,62	11.555.482,47
Outras contas a pagar	18.2/24.1	41.599.934,81	54.509.863,09
Fornecedores			
		<b>558.719.768,88</b>	<b>530.243.509,73</b>
<b>Passivo corrente</b>			
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis concedidos	18.2	6.984,90	
Fornecedores	18.2	21.458.273,94	18.779.523,24
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	18.2	1.451.128,58	1.487.308,58
Estado e outros entes públicos	25	9.515.576,31	5.744.570,22
Acionistas/sócios/associados			
Financiamentos obtidos	7/18.2	31.910.308,22	33.321.130,22
Fornecedores de investimentos	18.2	1.548.531,64	3.253.763,85
Outras contas a pagar	18.2/24.1	153.157.362,78	136.857.568,04
Diferimentos	24.2	31.258.546,86	33.453.845,04
Passivos financeiros detidos para negociação			
Outros passivos financeiros			
		<b>250.306.713,23</b>	<b>232.897.709,19</b>
<b>Total Passivo</b>		<b>809.026.482,11</b>	<b>763.141.218,92</b>
<b>Total Património Líquido e Passivo</b>		<b>3.433.372.733,70</b>	<b>3.461.293.017,05</b>



## 2 DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADA

Município de Lisboa

Demonstração de Resultados Consolidada - 31 de dezembro de 2021

(unidade: Euro)

Rendimentos e Gastos	Notas	Consolidado do Município de Lisboa	Consolidado do Município de Lisboa
		2021	2020
Impostos, contribuições e taxas		543.551.289,42	535.422.832,18
Vendas	13.1	6.293.509,39	4.491.222,90
Prestações de serviços e concessões	13.1	236.045.435,71	233.333.173,26
Transferências e subsídios correntes obtidos	14.1	108.847.227,94	77.708.192,37
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos		3.002.885,37	811.148,13
Variações nos inventários da produção		53.292,90	-11.170,88
Trabalhos para a própria entidade		86.851.666,75	34.371.826,25
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-23.285.445,40	-20.525.896,76
Fornecimentos e serviços externos	26	-299.553.673,13	-252.484.905,60
Gastos com pessoal	19.1	-384.396.702,03	-374.614.566,78
Transferências e subsídios concedidos		-224.960.905,33	-172.275.720,40
Prestações sociais			7.346,28
Imparidade de inventários (perdas/reversões)		996.557,92	-1.441.136,08
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)			22.973.457,60
Provisões (aumentos/reduções)	15	-10.567.097,72	
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		-21.622,69	-9.558,15
Aumentos/reduções de justo valor			
Outros rendimentos e ganhos		31.882.846,68	54.254.547,38
Outros gastos		-42.137.556,04	-57.344.926,08
<b>Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento</b>		<b>32.601.709,74</b>	<b>84.665.865,62</b>
Gastos/reversões de depreciação e amortização		-113.189.789,02	-106.927.217,22
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)			
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)</b>		<b>-80.588.079,28</b>	<b>-22.261.351,60</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	13.1	680.502,56	822.338,20
Juros e gastos similares suportados		-3.090.037,43	-3.898.247,75
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>-82.997.614,15</b>	<b>-25.337.261,15</b>
Imposto sobre o rendimento		-3.224.473,11	543.948,67
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>-86.222.087,26</b>	<b>-24.793.312,48</b>

### 3 DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA

Município de Lisboa

Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa de 01-01-2021 a 31-12-2021

(unidade: Euro)

Rubricas	Notas	Períodos	
		2021	2020
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>			
Recebimentos provenientes de:			
Recebimentos de clientes		193.177.022,20	193.947.020,91
Recebimentos de contribuintes		516.596.057,37	502.444.646,75
Recebimentos de transferências e subsídios correntes		98.385.248,74	56.296.460,40
Recebimentos de utentes		8.384.608,23	6.104.992,50
Pagamentos respeitantes a:			
Pagamentos a fornecedores		-317.192.315,61	-290.284.403,51
Pagamentos ao pessoal		-372.415.310,04	-356.040.682,51
Pagamentos a contribuintes / utentes			
Pagamentos de transferências e subsídios		-226.651.977,62	-181.979.807,37
Pagamentos de prestações sociais			
Caixa gerada pelas operações		-99.716.666,73	-69.511.772,83
Pagamento / recebimento do Imposto sobre o rendimento		93.648,50	-511.852,29
Outros recebimentos/pagamentos		71.267.724,55	83.275.620,01
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)</b>		<b>-28.355.293,68</b>	<b>13.251.994,89</b>
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Pagamentos - Ativos fixos tangíveis		-134.646.629,01	-127.549.804,24
Pagamentos - Ativos intangíveis		-939.515,77	-2.312.070,61
Pagamentos - Propriedades de investimento			
Pagamentos - Investimentos financeiros		-52.680,65	-748.926,04
Pagamentos - Outros ativos			
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Recebimentos - Ativos fixos tangíveis		5.052.748,56	2.996.921,36
Recebimentos - Ativos intangíveis			
Recebimentos - Propriedades de Investimento		8.435.923,86	8.586.226,46
Recebimentos - Investimentos financeiros		807.720,00	2.206,60
Recebimentos - Outros ativos		3.442.839,93	946.240,89
Recebimentos - Subsídios ao investimento		14.950.146,52	13.622.833,70
Recebimentos - Transferências de capital			
Recebimentos - Juros e rendimentos similares		41.313,32	231.933,40
Recebimentos - Dividendos		1.432.379,07	4.530.043,40
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento (b)</b>		<b>-101.475.754,17</b>	<b>-99.694.395,08</b>
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Recebimentos - Financiamentos obtidos		65.976.653,56	30.953.095,10
Recebimentos - Realizações de capital e de outros instrumentos de capital			
Recebimentos - Cobertura de prejuízos		6.910.291,41	
Recebimentos - Doações			
Recebimentos - Outras operações de financiamento		79.993,04	96.441,71
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Pagamentos - Financiamentos obtidos		-46.424.015,43	-50.167.960,33
Pagamentos - Juros e gastos similares		-2.914.276,04	-3.396.880,91
Pagamentos - Dividendos			
Pagamentos - Reduções de capital e de outros instrumentos de capital			
Pagamentos - Outras operações de financiamento			
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento (c)</b>		<b>23.628.646,54</b>	<b>-22.515.304,43</b>
<b>Variação de caixa e seus equivalentes (a+b+c)</b>		<b>-106.202.401,31</b>	<b>-108.957.704,62</b>
<b>Efeito das diferenças de câmbio</b>			
<b>Caixa e seus equivalentes de caixa no início do período</b>		<b>328.644.550,05</b>	<b>437.602.254,67</b>
<b>Caixa e seus equivalentes de caixa no fim do período</b>	<b>1</b>	<b>222.442.148,74</b>	<b>328.644.550,05</b>
<b>Conciliação entre Caixa e seus Equivalentes e Saldo de Gerência</b>			
<b>Caixa e seus equivalentes de caixa no início do período</b>		<b>328.644.550,05</b>	<b>437.602.254,67</b>
- Equivalentes a caixa no início do período			
+ Parte do saldo de gerência que não constitui equivalentes de caixa			
- Variações cambiais de caixa no início do período			
<b>= Saldo da gerência anterior</b>		<b>328.644.550,05</b>	<b>437.602.254,67</b>
De execução orçamental		313.539.258,35	420.890.226,49
De operações de tesouraria		15.105.291,70	16.712.028,18
<b>Caixa e seus equivalentes de caixa no fim do período</b>	<b>1</b>	<b>222.442.148,74</b>	<b>328.644.550,05</b>
- Equivalentes a caixa no fim do período			
+ Parte do saldo de gerência que não constitui equivalentes de caixa			
- Variações cambiais de caixa no fim do período			
<b>= Saldo para a gerência seguinte</b>		<b>222.442.148,74</b>	<b>328.644.550,05</b>
De execução orçamental		204.253.685,18	313.539.183,87
De operações de tesouraria		18.188.463,56	15.105.366,18

## 4 DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS ALTERAÇÕES NO PATRIMÓNIO LÍQUIDO

Município de Lisboa

Demonstração Consolidada das Alterações no Património Líquido - 31 de dezembro de 2021

(unidade: Euro)

Descrição	Notas	Património Líquido atribuído aos detentores do Património Líquido da entidade que controla										Interesses que não controlam	Total do património líquido	
		Capital/ Património Subscrito	Ações (quotas próprias)	Outros instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no património líquido	Resultado líquido do período			TOTAL
<b>Posição no Início do Período</b> (1)		2.077.571.636,70	-4,00	-	-	96.311.124,85	24.012.426,04	-8.857.552,03	71.483.212,44	462.424.266,61	-24.793.312,48	2.698.151.798,13	-	2.698.151.798,13
<b>Alterações no Período</b>														
Ajustamentos de transição de referencial contabilístico							32.754.836,78					32.754.836,78		32.754.836,78
Alterações de políticas contabilísticas														
Correção de erros materiais														
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras														
Realização de excedentes de revalorização														
Excedentes de revalorização e respetivas variações									-1.757.081,17			-1.757.081,17		-1.757.081,17
Transferências e subsídios de capital										-497.612,18		-497.612,18		-497.612,18
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido						1.467,63	-38.427.002,55	-2.789.721,43	-2.341.533,48	659.324,93	24.813.862,42	-18.083.602,48		-18.083.602,48
<b>Resultado Líquido do Período</b> (2)		-	-	-	-	1.467,63	-5.672.165,77	-2.789.721,43	-4.098.614,65	161.712,75	24.813.862,42	12.416.540,95	-	12.416.540,95
<b>Resultado Integral</b> (3)														
<b>Operações com Detentores de Capital no Período</b> (4)=(2)+(3)														
Subscrições de capital / património														
Subscrições de prémios de emissão														
Entradas para cobertura de perdas														
Outras operações						20.549,71						-20.549,71		
<b>Posição no Fim do Período</b> (6)=(1)+(2)+(3)+(5)		2.077.571.636,70	-4,00	-	-	96.333.142,19	18.340.260,27	-11.647.273,46	67.384.597,79	462.585.979,36	-86.222.087,26	2.624.346.251,59	-	2.624.346.251,59

## 5 ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

### SNC AP –DIVULGAÇÃO TRANSITÓRIA

No processo de transição em 2020 para o SNC-AP, as variações tiveram impacto nas rubricas de Ativo não corrente, Ativo corrente, Passivo não corrente, Passivo corrente e Património Líquido.

A International Public Sector Accounting Standard (IPSAS) 33 First Time Adoption of Accrual Basis, que estabelece orientações para os processos de adoção pela primeira vez das Normas Internacionais de Contabilidade para o Setor Público, prevê a possibilidade de, em certas circunstâncias de complexidade, o processo de transição ter uma duração até três anos, podendo durante esse período serem reconhecidos e mensurados ativos e passivos relacionados com a adoção do novo referencial contabilístico.

Complementarmente, o Manual de Implementação do SNC-AP, previsto no artigo 12.º do diploma supracitado e homologado pelo Senhor Secretário de Estado do Orçamento, estabelece, no seu capítulo 2, procedimentos para a implementação relativos ao (des)reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação, convergentes com os previstos na IPSAS 33.

Nestas circunstâncias, o preconizado na IPSAS 33 poderá constituir o quadro referencial subsidiário, devendo, nessa eventualidade, ser divulgada, em cada período de relato, a falta de comparabilidade e respetivo enquadramento e justificação, com a indicação expressa de que a adoção do SNC-AP ainda não se encontra completa.

Neste âmbito, foram avaliadas um conjunto de transações e operações, que se revestem de complexidade integrável no quadro referencial preconizado na IPSAS 33.

Os ajustamentos efetuados em 2021, foram referentes a inventariação de ativos fixos tangíveis e reclassificações de ativos fixos tangíveis em propriedades de investimento.

### 1. ENTIDADES INCLUÍDAS NO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO E OUTRAS ENTIDADES PARTICIPADAS

#### 1.1. ENTIDADES INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO

Quadro 1.1 Entidades incluídas na consolidação

Entidade	Sede	Atividade Principal	Capital	% Controlo		Consolidação		Obs.
				Direto	Indireto	Orçamental	Financeira	
Município de Lisboa	Praça do Município - Paços do Concelho 1100-365 Lisboa	Administração Local				x	x	a)
Companhia Carris de Ferro de Lisboa, E.M. S.A.	Rua 1.º de Maio, nº. 103 - 1300-472 Lisboa	Serviço público de transporte coletivo de passageiros na cidade de Lisboa	78.674.000,00	100%			x	b)
EGEAC - Emp. de Gestão de Equip. Anim. Cultural, E.M. S.A	Av. Eng. Duarte Pacheco 26, 1070-111 Lisboa	Serviço público na área da cultura na cidade de Lisboa	448.918,11	100%			x	b)
EMEL - Empresa Pública Municipal de Estacionamento de Lisboa, E.M. S.A	Alameda das Linhas de Torres, 198/200 - 1769-032 Lisboa	Serviço público na área da mobilidade urbana na cidade de Lisboa	32.000.000,00	100%			x	b)
GEBALIS - Gestão dos Bairros Municipais de Lisboa, E.M. S.A.	Rua Costa Malheiro, Lt. B12 - 1800-412 Lisboa	Administração de imóveis por conta da cidade de Lisboa	1.300.000,00	100%		x	x	b)
Lisboa Ocidental, SRU - Sociedade de Reabilitação Urbana, E.M. S.A	Praça do Município, n.º 31 - 1100-365 Lisboa	Promover operações de reabilitação urbana, através da promoção, manutenção e conservação de infraestruturas urbanísticas e gestão urbana e renovação e reabilitação urbanas e gestão do património edificado.	2.000.000,00	100%		x	x	b)

a) Entidade - mãe obrigada à elaboração de demonstrações financeiras consolidadas, conforme o estabelecido no nº 1 do Artigo 46º da Lei das Finanças Locais

b) Entidade controlada pelo Município de Lisboa

**C) Comentário do órgão de gestão sobre a quantia dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estejam disponíveis para uso.**

Os depósitos consignados são valores destinados especificamente aos pagamentos no âmbito do Programa LX-XXI/Empréstimo BEI.

Os depósitos de garantias e cauções referem-se a montantes retidos nos pagamentos a fornecedores.

**D) Valores de caixa e depósitos bancários**

A 31 de dezembro de 2021 a desagregação dos saldos de caixa e depósitos era a seguinte:

1.1 - Desagregação de caixa e depósitos - Consolidado - 31 de Dezembro de 2021

(unidade: Euro)

Conta	2021	2020
Caixa	1.594.378,61	1.618.169,86
Depósitos à ordem	<b>201.163.453,06</b>	<b>318.918.040,84</b>
Depósitos à ordem no Tesouro	86.631.020,25	236.401.314,86
Depósitos bancários à ordem	114.532.432,81	82.516.725,98
Depósitos a prazo		
Depósitos consignados	12.290.462,96	5.864.112,56
Depósitos de garantias e cauções:	7.393.854,11	2.244.226,79
<b>Total de caixa e depósitos</b>	<b>222.442.148,74</b>	<b>328.644.550,05</b>

O saldo de caixa e seus equivalentes apresentado no balanço consolidado, evidenciado no quadro acima, no valor de 222,4 milhões de euros, não se encontra coincidente com o saldo exibido na Demonstração de Desempenho Orçamental da página 60, devido a refletir apenas, os valores consolidados relativos ao Município de Lisboa, Gebalis – Gestão dos Bairros Municipais de Lisboa e Lisboa Ocidental SRU – Sociedade de reabilitação urbana.

## 2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

### 2.1. BASE DE MENSURAÇÃO

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com a NCP1 – estrutura e conteúdo das demonstrações financeiras e são aprestadas em Euros.

O euro é a moeda funcional e de apresentação.

#### Informação comparativa

A informação comparativa foi divulgada com respeito ao período anterior para grande parte das quantias relatadas nas demonstrações financeiras.

Respeitando o Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas foram adotadas de maneira consistente ao longo do tempo. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação serão divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza de reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada;
- c) Razão para a reclassificação.

### **Consistência de Apresentação**

Não obstante o referido acima, acerca da comparabilidade, sempre que possível, as Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação, quer dos movimentos contabilísticos que lhe dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

### **Materialidade e Agregação**

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. Cada classe material de itens semelhantes é apresentada separadamente nas demonstrações financeiras. Os itens de natureza ou função dissemelhante serão apresentadas separadamente, a menos que sejam imateriais.

### **Compensação**

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não foram sujeitos a compensações, exceto os que forem exigidos por uma NCP.

### **Continuidade**

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, o Município de Lisboa continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade, de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações, não obstante a pandemia que afetou o ano 2020 com adaptação nos processos de trabalho do Município.

As demonstrações financeiras apresentadas refletem os eventos subsequentes ocorridos até 29 de Abril de 2022, data em que foram objeto de aprovação pelo Órgão Executivo. Os acontecimentos materiais após a data do balanço que não dão lugar a ajustamentos são divulgados na nota 17.

Assim, a seleção da base de mensuração é relevante para as demonstrações financeiras, sendo as seguintes:

#### **a) Ativos intangíveis**

##### **Mensuração inicial:**

Um ativo intangível é inicialmente mensurado ao custo de aquisição.

Quando estamos perante ativos intangíveis adquiridos sem contraprestação, a mensuração é efetuada ao justo valor.

No reconhecimento inicial de um ativo intangível adquirido numa transação de troca de um ativo não monetário por outro, o custo do ativo intangível adquirido deve ser o seu justo valor.

Mensuração subsequente:

Subsequentemente, um ativo intangível é mensurado pelo seu custo menos a amortização acumulada e menos qualquer perda de imparidade acumulada, se aplicável.

#### **Vida útil:**

A vida útil de um ativo intangível é determinada tendo em conta:

- A utilização esperada do ativo
- Os limites de natureza legal ou outra sobre o uso do ativo.

O ativo é depreciado ao longo da sua vida útil. Método de amortização:

O método de amortização reflete o padrão pelo qual se espera que os benefícios económicos futuros ou o potencial de serviço sejam consumidos pela entidade. O método utilizado é o das quotas constantes.

#### **Imparidade**

Sempre que existam indícios de imparidade (fontes internas e externas), é testado o ativo quanto à sua imparidade.

#### **Desreconhecimento**

Um ativo intangível é desreconhecido:

- Na data de alienação (incluindo alienação através de uma transação sem contraprestação); ou
- Quando for permanentemente retirado do uso e da sua alienação não se esperam benefícios económicos futuros ou potencial de serviço.

**b) Ativos fixos tangíveis****Mensuração inicial:**

Um ativo fixo tangível é inicialmente mensurado ao custo de aquisição, o qual inclui:

- Preço de compra que inclui direitos de importação, impostos não dedutíveis ou reembolsáveis, após dedução de descontos comerciais;
- Custos diretos para colocar o ativo no local e nas condições necessárias para ser usado, tais como desbravamento de terrenos, movimentação de terras e drenagem, gastos adicionais com a adaptação das máquinas e de instalações;
- Estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção do item, e de restauração do local no qual este está localizado.

São ainda incluídos no custo de aquisição, quaisquer bens necessários por razões de segurança ou ambientais que não tragam influxos adicionais, pois sem eles o bem pode não entrar em funcionamento, logo não irá gerar quaisquer influxos.

Quando estamos perante ativos fixos tangíveis adquiridos sem contraprestação, a mensuração é efetuada como segue:

- Bens Imóveis – ao valor patrimonial tributário (VPT);
- Outros ativos tangíveis – ao custo do valor recebido ou, na falta deste, o respetivo valor de mercado.

Pelo montante do ativo reconhecido deve ser reconhecido um rendimento, exceto até ao ponto em que for também reconhecido um passivo relativo ao mesmo ativo (subsequentemente quando o passivo for reduzido o rendimento é reconhecido).

No entanto, se essa transferência satisfizer a definição de contribuições dos proprietários, não é reconhecido nem um passivo nem um rendimento, mas sim um incremento no património líquido (conta 5942 – doações obtidas – em outros ativos).

Quando um ativo fixo tangível é adquirido numa transação em que o respetivo pagamento é diferido no tempo, quer o ativo quer o passivo são reconhecidos ao custo amortizado de acordo com o método do juro efetivo.

- No reconhecimento inicial de um ativo fixo tangível adquirido numa transação de troca de um ativo não monetário por outro, o custo do ativo fixo tangível adquirido deve ser o seu justo valor, exceto se:
- A transação com contraprestação não tiver substância comercial;



- O justo valor do ativo recebido e o justo valor do ativo cedido não possam ser mensurados com fiabilidade, situação em que o ativo adquirido é mensurado pela quantia escriturada do ativo cedido;
- Ambos puderem ser fiavelmente mensurados, o custo é o justo valor do ativo cedido (a menos que o justo valor do ativo adquirido seja claramente mais evidente).

**Mensuração subsequente: (infraestruturas + VPT)**

Subsequentemente, um ativo fixo tangível é mensurado pelo seu custo menos a depreciação acumulada e menos qualquer perda de imparidade acumulada, se aplicável.

Estes ativos podem ser revalorizados quando os critérios e parâmetros para a revalorização estão definidos em dispositivo legal adequado. O valor do ativo revalorizado será o seu justo valor na data de revalorização menos a depreciação subsequente acumulada.

**Custos subsequentes:**

O tratamento dos custos subsequentes relacionados com um ativo fixo tangível deve ser o seguinte:

- Custos de assistência técnica corrente – reconhecer como custos do exercício;
- Substituições de determinadas componentes em intervalos regulares – os respetivos custos devem adicionar-se à quantia escriturada do bem e devem ser desreconhecidos os itens substituídos;
- Grandes inspeções regulares (independentemente de partes do bem serem ou não substituídas) – os respetivos custos devem adicionar-se à quantia escriturada do bem e deve ser desreconhecida a quantia escriturada da anterior inspeção.

**Vida útil:**

A vida útil de um ativo fixo tangível é determinada tendo em conta:

- A utilização esperada do ativo, que é avaliada por referência à capacidade ou à produção física esperada;
- O desgaste físico esperado (número de turnos, programa de reparações e manutenções e o cuidado e manutenção do ativo);
- A obsolescência técnica e comercial;

- Os limites de natureza legal ou outra sobre o uso do ativo.

O ativo é depreciado ao longo da sua vida útil. Cada parte de um ativo tangível cujo custo seja significativo em relação ao custo total deve ser depreciada separadamente, podendo agregar-se componentes que tenham a mesma vida útil.

Os terrenos e edifícios são ativos separáveis que são contabilizados separadamente mesmo se adquiridos em conjunto.

#### **Método de depreciação:**

O método de depreciação reflete o padrão pelo qual se espera que os benefícios económicos futuros ou o potencial de serviço sejam consumidos pela entidade. O método utilizado é o das quotas constantes.

#### **Valor residual:**

A quantia depreciável de um ativo é calculada após a dedução do seu valor residual. A estimativa do valor residual deve ser revista em cada data de relato. Qualquer alteração à estimativa inicial é contabilizada no exercício corrente ou em exercícios futuros, tal como previsto na NCP 2.

É presunção da norma que o valor residual de um ativo fixo tangível é geralmente insignificante e, por isso, imaterial no cálculo da quantia depreciável. Não é prática corrente a atribuição de valor residual aos ativos fixos tangíveis.

#### **Imparidade**

Sempre que existam indícios de imparidade (fontes internas e externas), é testado o ativo quanto à sua imparidade.

A quantia escriturada do ativo é reduzida para a sua quantia recuperável se, e apenas se, a quantia recuperável for menor do que a quantia escriturada. Essa redução é uma perda por imparidade que deve ser reconhecida imediatamente nos resultados.

Quando a quantia estimada de uma perda por imparidade for maior do que a quantia escriturada do ativo, a quantia escriturada do ativo deve ser reduzida para zero ou ser reconhecido um passivo se, e apenas se, isso for exigido por uma outra NCP.

O encargo da depreciação /amortização deve ser ajustado em períodos futuros em função da quantia escriturada revista do ativo.

Caso as situações que estão na base da imparidade se alterem, é efetuada a reversão da perda por imparidade. Esta reversão tem como consequência um aumento do valor do ativo para a sua quantia recuperável e deve ser reconhecida imediatamente em resultados.

No entanto, a quantia escriturada acrescida de um ativo que seja atribuível a uma reversão de uma perda por imparidade, não deve exceder a quantia escriturada que teria sido determinada (líquida de depreciação / amortização) se não tivesse sido reconhecida perda por imparidade no ativo em períodos anteriores.

Após o reconhecimento da reversão, o encargo com a depreciação / amortização ou o valor residual deve ser revisto e ajustado de acordo com a NCP aplicável ao ativo.

### **Desreconhecimento**

Um ativo fixo tangível é desreconhecido:

- Na data de alienação (incluindo alienação através de uma transação sem contraprestação); ou
- Quando for permanentemente retirado do uso e da sua alienação não se esperam benefícios económicos futuros ou potencial de serviço.

A alienação de um ativo fixo tangível pode ocorrer:

- Por venda – aplicada a NCP 13 para reconhecimento do rendimento da venda de bens.
- Por celebração de uma locação financeira – aplicada a NCP 6 a uma alienação efetuada ao celebrar uma locação financeira ou a uma venda seguida de locação.

Os ganhos ou perdas provenientes do abate ou alienação de ativo fixo tangível são determinados como a diferença entre os rendimentos líquidos da alienação e a quantia escriturada do ativo e são reconhecidos nos resultados (a menos que a NCP 6 exija de forma diferente no caso de uma venda seguida de locação) no período do abate ou alienação.

Se o pagamento de um ativo fixo tangível for diferido, a retribuição recebida deve ser reconhecida inicialmente pelo preço a dinheiro equivalente e a diferença entre a quantia nominal da retribuição e o preço a dinheiro equivalente deve ser reconhecida como rendimento de juro segundo a NCP 13 usando o modelo do juro efetivo.

**B – Propriedades de Investimento**

Aplicam-se as mesmas políticas contabilísticas dos AFT – Ativos Fixos Tangíveis.

**c) Locações**

As locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transferem substancialmente todos os riscos e benefícios associados à propriedade do bem para o locatário. As restantes locações são classificadas como operacionais. A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os ativos fixos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registados no início da locação pelo menor de entre o justo valor dos ativos e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Os pagamentos de locações financeiras são repartidos entre encargos financeiros e redução da responsabilidade, de modo a ser obtida uma taxa de juro constante sobre o saldo pendente da responsabilidade.

Os pagamentos de locações operacionais são reconhecidos como gasto numa base linear durante o período da locação. Os incentivos recebidos são registados como uma responsabilidade, sendo o montante agregado dos mesmos reconhecido como uma redução do gasto com a locação, igualmente numa base linear.

**d) Instrumentos Financeiros****Reconhecimento e mensuração inicial**

Um ativo financeiro, um passivo financeiro ou um instrumento de capital só são reconhecidos quando o Município de Lisboa se torne numa parte contratual do instrumento.

No momento do reconhecimento inicial, os ativos e os passivos financeiros são mensurados ao justo valor.

Os custos de transação dos ativos e passivos financeiros são incluídos no custo de aquisição se esse ativo ou passivo não for subsequentemente mensurado pelo justo valor, caso em que são imediatamente reconhecidas em resultados do período.

Mensuração subsequente

Ativos e passivos financeiros

Desreconhecimento

### **Ativos financeiros**

Um ativo financeiro deve ser desreconhecido apenas quando:

- Os direitos contratuais aos fluxos de caixa resultantes do ativo financeiro expiram;
- A entidade transfere para outra parte todos os riscos e benefícios significativos relacionados com o ativo financeiro; ou
- A entidade transfere para outra entidade parte dos riscos e benefícios significativos relacionados com o ativo financeiro.

Qualquer diferença entre a retribuição recebida e a quantia reconhecida e desreconhecida deve ser incluída na demonstração dos resultados do período da transferência.

### **Passivos financeiros**

Um passivo financeiro (ou parte de um passivo financeiro) deve ser desreconhecido apenas quando este se extinguir, isto é, quando a obrigação estabelecida no contrato seja liquidada, cancelada ou tenha expirado.

### **Imparidade**

Para os ativos financeiros, a imparidade é testada quando existem indícios de que um determinado ativo possa estar em imparidade.

O montante a reconhecer de perda por imparidade deverá ser mensurado da seguinte forma:

- Para ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a perda por imparidade é a diferença entre a quantia registada e o valor presente (atual) dos fluxos de caixa estimados, os quais devem ser descontados com base na taxa de juro efetiva original do ativo financeiro; e
- Para ativos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade é a diferença entre a quantia registada e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados a uma taxa de retorno de mercado corrente para um ativo financeiro semelhante.

### **Reversão**

Para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, se subsequentemente o valor reconhecido como perda por imparidade diminuir e tal diminuição possa estar objetivamente relacionada com um evento ocorrido após o reconhecimento da imparidade (como, por exemplo, uma melhoria na notação

de risco do devedor), essa perda por imparidade deve ser revertida. A reversão da perda por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados.

A reversão não poderá resultar num aumento do valor, que o respetivo ativo tinha antes de, ter sido registada a perda por imparidade.

Quando se verificarem as condições de incobrabilidade que permitam o desreconhecimento dos ativos a que respeitem as imparidades, as contas de imparidade são debitadas por contrapartida das correspondentes contas da Classe 2.

Para os investimentos financeiros em participadas cujas ações não sejam negociadas publicamente e cujo justo valor não possa ser obtido de forma fiável, bem como derivados que estejam associados, nestes casos, é proibida a reversão das perdas por imparidade.

#### ***e) Transferências e subsídios***

##### **Reconhecimento**

Um subsídio (ou uma transferência) só será reconhecido após existir segurança de que:

- São cumpridas as condições a ele associada; e
- O mesmo é ou será recebido.

Um subsídio não é reconhecido até que não haja segurança razoável de que a entidade cumprirá as condições a ele associadas e que o subsídio será recebido.

#### ***f) Provisões e Passivos Contingentes***

Uma provisão só é reconhecida quando, cumulativamente:

- Tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) como resultado de um acontecimento passado;
- É provável que seja exigido um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço para pagar essa obrigação;
- Pode ser feita uma estimativa fiável da quantia dessa obrigação.

Uma provisão é mensurada pela melhor estimativa do dispêndio exigido para liquidar a obrigação presente à data de relato. A melhor estimativa corresponde à quantia que o Município racionalmente pagaria para liquidar a obrigação à data de relato ou para a transferir para um terceiro nessa data.

As estimativas do desfecho e do efeito financeiro são determinadas pelo julgamento do órgão de gestão, tendo em consideração a experiência de transações similares e, em alguns casos, os relatórios de peritos independentes.

Para efetuar a estimativa, o Município determina o “valor esperado” que é um método estatístico que tem em conta todos os possíveis desfechos e as respetivas probabilidades associadas.

Quando o efeito do valor temporal do dinheiro é materialmente relevante, a quantia de uma provisão deve ser o valor presente dos dispêndios que se esperam sejam necessários para liquidar a obrigação. Quando uma provisão for descontada para o seu valor presente, o valor da provisão irá aumentar em cada ano à medida que a provisão mais se aproximar do momento esperado de liquidação. A taxa de desconto a utilizar deve ser uma taxa antes de impostos que reflita simultaneamente avaliações correntes de mercado do valor temporal do dinheiro e os riscos específicos do passivo em questão.

Este aumento no valor da provisão é reconhecido como um encargo financeiro na demonstração dos resultados.

As provisões são revistas em cada data de relato e ajustadas para refletirem a melhor estimativa corrente. Se deixar de ser provável que é necessário um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço para liquidar a obrigação, a provisão deve ser revertida. Uma provisão apenas é utilizada para dispêndios relativamente aos quais foi originalmente reconhecida.

Se estivermos perante um passivo contingente, o mesmo não é reconhecido. É divulgado, exceto se for remota a possibilidade de um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço.

Os passivos contingentes são continuamente avaliados para determinar se um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço se tornou provável. Quando se torna provável, deve ser reconhecida uma provisão nas demonstrações financeiras desse período.

#### ***g) Ativos Contingentes***

Um ativo contingente não é reconhecido. Os ativos contingentes são continuamente avaliados para determinar se um influxo de benefícios económicos ou potencial de serviço ocorrerá e o valor do ativo pode ser mensurado com fiabilidade. Quando tal alteração ocorre, o Município reconhece o ativo e o rendimento relacionado nas demonstrações financeiras desse período.

Nessa avaliação contínua, se o Município determinar que se tornar provável um influxo de benefícios económicos ou potencial de serviço, então o ativo contingente que até aqui não era divulgado, passa a ser deve ser divulgado nas demonstrações financeiras desse período.

**a) Rendimento – Transações com contraprestação**

Uma transação com contraprestação é uma transação na qual a entidade presta um serviço ou entrega um bem e em troca recebe um valor aproximadamente igual ao bem que entregou ou ao serviço que prestou. O rendimento inclui apenas os fluxos brutos de benefícios económicos ou potencial de serviços recebidos, e é mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber.

Se a retribuição for recebida em forma de caixa ou equivalentes, o justo valor corresponde à quantia de caixa ou equivalentes de caixa a receber. Se esta retribuição for diferida no tempo, o justo valor será menor que o valor nominal, pois terá o efeito da passagem do tempo (desconto). A diferença entre o valor nominal e este justo valor é reconhecida como rendimento de juros de forma proporcional ao tempo.

Se a retribuição for recebida em forma de ativos, a mesma deve ser valorizada ao justo valor do ativo recebido.

**a. Prestações de serviços**

O rendimento de uma prestação de serviços é reconhecido quando o desfecho da transação poder ser estimado com fiabilidade, sendo o mesmo reconhecido de acordo com a percentagem de acabamento— método da percentagem de acabamento.

**b. Vendas de bens**

O Município de Lisboa reconhece um rendimento proveniente de uma transação com contraprestação quando obtiver o controlo de recursos que satisfaçam a definição de um ativo e satisfaça os critérios de reconhecimento.

**c. Dividendos**

Os dividendos são reconhecidos aquando da sua atribuição.

**d. Juros**

Os juros são reconhecidos em função do tempo.



**b) Benefícios dos empregados**

As entidades do perímetro de consolidação reconhecem um passivo quando o empregado prestou o serviço em troca de benefícios a pagar no futuro e um gasto quando a entidade consumir os benefícios económicos decorrentes dos serviços prestados em troca de benefícios dos empregados. Os benefícios aos empregados incluem os salários, contribuições, férias anuais pagas e ausências por doença pagas e pensões.

O Município tem valores a pagar em pensões e a trabalhadores em situação de acidentes de trabalho, sendo que o cálculo das responsabilidades para o futuro assenta num estudo atuarial contratado anualmente a uma empresa especializada.

**I. Acontecimentos após a data de balanço**

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionam informação adicional sobre condições que existam à data do balanço (“adjusting events” ou acontecimentos após a data do balanço que dão origem a ajustamentos) são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionam informação sobre condições ocorridas após a data do balanço (“non adjusting events” ou acontecimentos após a data do balanço que não dão origem a ajustamentos) são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

**m. Partes Relacionadas**

As partes são consideradas relacionadas se uma delas tiver a capacidade de controlar a outra parte, ou exercer influência significativa sobre a outra parte ao tomar decisões financeiras e operacionais, ou se a entidade relacionada e uma outra entidade estiverem sujeitas a controlo comum. As partes relacionadas incluem:

- Indivíduos que possuem, direta ou indiretamente, um interesse na entidade que relata, que lhes confere influência significativa sobre a mesma, e membros próximos da família de qualquer um destes indivíduos;
- Pessoas chave da gestão, e membros próximos da família das mesmas.

**n. Entidades Controladas ou objeto de influência significativa**

O Município de Lisboa aplica o MEP nas suas contas individuais relativamente às entidades que exerça controlo ou influência significativa. São consideradas todas as empresas municipais com participação de 100% e, entidades participadas onde a participação do Município é igual ou superior a 20%.

**o. Especialização de exercícios**

O Grupo municipal regista os seus rendimentos e gastos de acordo com a especialização do exercício, onde os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do respetivo recebimento ou pagamento.

**p. Permutas**

São reconhecidas as contrapartidas em numerário que sejam devidas no ativo, e a entrega de bens por parte do Município, assim como de bens recebidos da contraparte são registados na mesma conta de acordo com a sua natureza devedora ou credora.

As permutas são registadas pelo valor total do bem de investimento a entregar e pelo valor total do bem de investimento a receber, sendo apenas considerada execução de despesa / receita orçamental quando há fluxos monetários. Isto é, apenas os montantes provenientes das diferenças de valor dos bens a permutar são orçamentados.

**q. Dações em pagamento**

A dação em pagamento é a entrega de um bem pelo devedor, para pagamento de uma dívida ou obrigação já existente.

Neste caso não se trata de permuta, assim os valores são todos orçamentados (quer o valor da dívida já existente, quer o valor da entrega/recebimento do bem).

3. ATIVOS INTANGÍVEIS

3.1 ATIVOS INTANGÍVEIS GERADOS INTERNAMENTE E OUTROS

a) *Quantia de escriturada no início e final do período*

Durante os exercícios findo em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, a quantia escriturada dos ativos intangíveis, bem como as respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foram as seguintes:

Município de Lisboa

3.1 - Ativos Intangíveis – Variação das Depreciações e Perdas por Imparidades Acumuladas - Consolidado – 31 de dezembro de 2021

(unidade: Euro)

Rubricas	Início do período				Final do período			
	Quantia Bruta (1)	Amortizações Acumuladas (2)	Perdas Imparidade Acumuladas (3)	Quantia Escriturada (4) = (1) - (2) - (3)	Quantia Bruta (5)	Amortizações Acumuladas (6)	Perdas por Imparidade Acumuladas (7)	Quantia Escriturada (8) = (5) - (6) - (7)
<b>Ativos intangíveis</b>								
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural								
Goodwill								
Projetos de desenvolvimento								
Programas de computador e sistemas de informação	29.988.578,71	-26.702.101,25		3.286.477,46	31.792.908,04	-28.453.538,87		3.339.369,17
Propriedade industrial e intelectual	474,48	-474,48			474,48	-474,48		
Outros	1.323.267,44	-631.762,45		691.504,99	1.323.267,44	-651.750,45		671.516,99
Ativos intangíveis em curso	816.470,66			816.470,66	778.536,58			778.536,58
<b>Total</b>	<b>32.128.791,29</b>	<b>-27.334.338,18</b>	<b>0,00</b>	<b>4.794.453,11</b>	<b>33.895.186,54</b>	<b>-29.105.763,80</b>	<b>0,00</b>	<b>4.789.422,74</b>

d) *Gastos/reversões de depreciação e amortização*

Os gastos e reversões de amortizações respeitante a ativos intangíveis encontram-se refletidos na Demonstração dos Resultados por Natureza.

e) *Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período*

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, ocorreram as seguintes variações:

Município de Lisboa

3.1 - Ativos Intangíveis – Quantia escritura e variações do período - Consolidado – 31 de dezembro de 2021 (unidade: Euro)

Rubricas	Quantia Escriturada Inicial (1)	Variações							Quantia Escriturada Final (10) = (1) + (2) + (3) + (4) + (5) + (6) + (7) + (8) + (9)
		Adições (2)	Transferências Internas à Entidade (3)	Revalorizações (4)	Reversões de perdas por imparidade (5)	Perdas por imparidade (6)	Depreciações do período (7)	Diferenças cambiais (8)	
<b>Ativos Intangíveis</b>									
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural									
Goodwill									
Projetos de desenvolvimento									
Programas de computador e sistemas de informação	3.286.477,46	2.344.181,05	442.160,69			-2.733.450,03			3.339.369,17
Propriedade industrial e intelectual									
Outros	691.504,99					-19.988,00			671.516,99
Ativos intangíveis em curso	816.470,66	402.995,61	-440.929,69						778.536,58
<b>Total</b>	<b>4.794.453,11</b>	<b>2.747.176,66</b>	<b>1.231,00</b>			<b>-2.753.438,03</b>			<b>4.789.422,74</b>

**i) Ativos intangíveis – Adições**

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, ocorreram as seguintes adições:

**Município de Lisboa****3.2 A - Ativos Intangíveis – Desagregação das Adições - Consolidado – 31 de dezembro de 2021****(unidade: Euro)**

Rubricas	Adições									
	Internas	Compra	Cessão	Transferência ou Troca	Doação, Herança, Legado ou Perdido a Favor do Estado	Dação em Pagamento	Locação Financeira	Fusão, Cisão, Reestruturação	Outras	Total
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10) = (1) + (2) + (3) + (4) + (5) + (6) + (7) + (8) + (9)
<b>Ativos Intangíveis</b>										
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural										
Goodwill										
Projetos de desenvolvimento										
Programas de computador e sistemas de informação		2.344.181,05								2.344.181,05
Propriedade industrial e intelectual										
Outros										
Ativos intangíveis em curso		402.995,61								402.995,61
<b>Total</b>		<b>2.747.176,66</b>								<b>2.747.176,66</b>

**ii) Ativos intangíveis – Diminuições**

No exercício de 2021 não se verificou qualquer diminuição nos ativos intangíveis.

**4. Acordos de concessão de serviços: Concedente****4.1 Acordo de concessão com EDP****a) Descrição do Acordo**

A CML - Câmara Municipal de Lisboa, através de um contrato datado de 1997, concedeu à LTE – Eletricidade de Lisboa e Vale do Tejo, SA, a distribuição de energia elétrica em baixa tensão, na área do Município de Lisboa.

A distribuição concedida, não abrange nem prejudica as instalações particulares devidamente autorizadas, que sejam ou venham a ser alimentadas por energia elétrica proveniente de produção própria.

Esta concessão implica a transferência para a LTE, do exercício dos direitos e poderes da Câmara, necessários à gestão e exploração do serviço público de distribuição de energia elétrica, em baixa tensão, durante o prazo de concessão ou enquanto esta subsistir.

Em abril de 2009, foi assinada uma modificação ao contrato de concessão, passando a entidade EDP - EDP Distribuição e Energia, mantendo-se o objeto do contrato anteriormente referido.

Em novembro de 2012, foi assinado um protocolo entre as 2 entidades, de forma a definir responsabilidades entre os outorgantes, relativamente à Iluminação Pública.

**b) Aspectos principais do Acordo**

A data de início da concessão é o dia 1 de outubro de 1997.

A concessão é feita pelo prazo e nas condições de prorrogação estabelecidos número 1 do artigo 3º do Decreto-Lei número 344-B/82 de 1 de setembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei nº 341/90, de 30 de outubro.

O resgate da concessão obedecerá ao disposto no número 2º do artigo terceiro e no artigo 4º dos decretos leis referidos anteriormente.

A transferência do património próprio da LTE para a Câmara nos termos da concessão far-se-á de acordo com o estabelecido no artigo 7º dos decretos-lei, a que se referem os números anteriores.

É propriedade da LTE, o património abrangido pela concessão.

De acordo com a NCP – Norma Contabilidade Pública nº 4 no parágrafo nº 5º, são apresentadas as definições de; concessão, concessionário e concedente. Sendo que uma concessão é um acordo vinculativo entre um concessionário, que usa os ativos da concessão para prestar um serviço público, em nome do concedente.

No paragrafo nº 6, da mesma NCP é indicado que o concedente deve reconhecer um ativo nas suas contas, desde que tenha o controlo ou a regulamentação dos serviços que o concessionário tem de prestar e a que preço. E controla através da propriedade, direito aos benefícios ou outra forma, qualquer interesse residual no ativo no final do termo do acordo

Nos parágrafos 11 a 13, da mesma NCP, é definido que quando o concedente reconhecer um ativo de concessão de serviços de acordo com os parágrafos 6 ou 7, o concedente deve também reconhecer um passivo.

De forma a obter a informação para cumprimento das regras atrás referidas, o Município de Lisboa, enviou um pedido de informação à E-REDES, de modo a ter a quantificação do valor do património da concessão.

Em resposta ao pedido enviado, a E-REDES indicou que o valor líquido do património da concessão, era de 50,0 milhões de euros.

Tendo em conta, que o Município não conseguiu, validar os valores apresentados e estando em falta a informação do valor do património adquirido pelo Município, ao dispor da concessão, foi decidido não efetuar qualquer registo ao abrigo da NCP 4, em 2021, devido a não existir traçabilidade e validação dos valores apresentados, pela E-REDES.

## **5. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS**

### **5.1 ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS RECONHECIDOS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

#### ***a) Ativos fixos tangíveis – variações das depreciações e perdas por imparidade acumuladas***

Durante os exercícios findo em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, a quantia escriturada dos ativos tangíveis, bem como as respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

Município de Lisboa

5.1 Ativos Fixos Tangíveis – Variação das Depreciações e Perdas por Imparidades Acumuladas – Consolidadas – 31 de dezembro de 2021

(unidade: Euro)

Rubricas	Início do período			Final do período				
	Quantia bruta (1)	Depreciações Acumuladas (2)	Perdas por Imparidade Acumuladas (3)	Quantia Escriturada (4) = (1) - (2) - (3)	Quantia bruta (5)	Depreciações Acumuladas (6)	Perdas por Imparidade Acumuladas (7)	Quantia Escriturada (8) = (5) - (6) - (7)
<b>Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural</b>								
Terrenos e recursos naturais	77.500.505,03			77.500.505,03	77.503.217,96			77.503.217,96
Edifícios e outras construções	15.182.269,90	-2.837.188,42		12.345.081,48	16.069.383,41	-3.306.869,16		12.762.514,25
Infraestruturas	788.397.006,30	-397.840.974,02		390.556.032,28	803.090.554,37	-445.136.733,15		357.953.821,22
Património histórico, artístico e cultural	17.370.962,48	-741.179,77		16.629.782,71	17.593.234,00	-1.031.039,15		16.562.194,85
Outros								
Bens de domínio público em curso	91.853.808,97			91.853.808,97	121.754.217,75			121.754.217,75
	990.304.552,68	-401.419.342,21		588.885.210,47	1.036.010.607,49	-449.474.641,46		586.535.966,03
<b>Ativos fixos em concessão</b>								
Terrenos e recursos naturais								
Edifícios e outras construções								
Infraestruturas								
Património histórico, artístico e cultural								
Ativos fixos em concessão em curso								
<b>Outros ativos fixos tangíveis</b>								
Terrenos e recursos naturais	560.746.711,62			560.746.711,62	585.988.422,53			585.988.422,53
Edifícios e outras construções	1.549.294.870,78	-412.623.355,37		1.136.671.515,41	1.609.033.467,65	-450.999.401,82		1.158.034.065,83
Equipamento básico	330.670.868,51	-251.638.811,43		79.032.057,08	344.156.288,60	-262.829.573,59		81.326.715,01
Equipamento de transporte	63.392.184,61	-36.571.207,09		26.820.977,52	66.704.428,35	-39.016.984,30		27.687.444,05
Equipamento administrativo	65.196.027,26	-57.114.468,40		8.081.558,86	68.717.945,99	-60.585.211,35		8.132.734,64
Equipamentos biológicos	20.776,10	-1.665,41		19.110,69	20.776,10	-5.294,91		15.481,19
Outros	260.172.096,22	-248.940.560,30	-18.359,16	11.213.176,76	263.281.025,83	-251.623.053,93		11.657.971,90
Ativos fixos tangíveis em curso	316.181.823,06			316.181.823,06	368.796.569,08			368.796.569,08
	3.145.675.358,16	-1.006.890.068,00	-18.359,16	2.138.766.931,00	3.306.698.924,13	-1.065.059.519,90		2.241.639.404,23
<b>Total</b>	<b>4.135.979.910,84</b>	<b>-1.408.309.410,21</b>	<b>-18.359,16</b>	<b>2.727.652.141,47</b>	<b>4.342.709.531,62</b>	<b>-1.514.534.161,36</b>		<b>2.828.175.370,26</b>

**b) Ativos fixos tangíveis - Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período**

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, ocorreram as seguintes variações:

Município de Lisboa

5.1 Ativos Fixos Tangíveis – Quantia escriturada e movimentos acumulados - Consolidadas - 31 de dezembro de 2021

(unidade: Euro)

Ativos Fixos Tangíveis	Quantia Escriturada Inicial (1)	Variações no período							Quantia Escriturada Final (10) = (1) + (2) + (3) + (4) + (5) + (6) + (7) + (8) + (9)
		Adições (2)	Transferências Internas à Entidade (3)	Revalorizações (4)	Reversões de perdas por imparidade (5)	Perdas por imparidade (6)	Depreciações do período (7)	Diferenças cambiais (8)	
<b>Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural</b>									
Terrenos e recursos naturais	77.500.505,03	706,00	2.656,93					-650,00	77.503.217,96
Edifícios e outras construções	12.345.081,48		887.113,51				-469.680,74		12.762.514,25
Infraestruturas	390.556.032,28	136.273,26	14.557.274,81				-47.295.759,13		357.953.821,22
Património histórico, artístico e cultural	16.629.782,71	228.048,68					-289.859,38	-5.777,16	16.562.194,85
Outros									
Bens de domínio público em curso	91.853.808,97	48.548.599,54	-16.869.519,59					-1.778.671,17	121.754.217,75
	588.885.210,47	48.913.627,48	-1.422.474,34				-48.055.299,25	-1.785.098,33	586.535.966,03
<b>Ativos fixos em concessão</b>									
Terrenos e recursos naturais									
Edifícios e outras construções									
Infraestruturas									
Património histórico, artístico e cultural									
Ativos fixos em concessão em curso									
<b>Outros ativos fixos tangíveis</b>									
Terrenos e recursos naturais	560.746.711,62	26.217.428,71	522,07	4.300,00				-980.539,87	585.988.422,53
Edifícios e outras construções	1.136.671.515,41	26.632.693,55	39.764.009,28	-1.761.381,17			-38.454.475,40	-4.818.296,29	1.158.034.065,83
Equipamento básico	79.032.057,08	15.299.493,20	4.376.509,62				-17.313.654,33	-67.690,56	81.326.715,01
Equipamento de transporte	26.820.977,52	5.551.360,19	352.855,39				-3.035.873,90	-2.001.875,15	27.687.444,05
Equipamento administrativo	8.081.558,86	4.010.484,44	40.705,31				-3.605.891,96	-394.122,01	8.132.734,64
Equipamentos biológicos	19.110,69						-3.629,50		15.481,19
Outros	11.213.176,76	2.294.013,45	1.234.847,58				-2.789.583,91	-294.481,98	11.657.971,90
Ativos fixos tangíveis em curso	316.181.823,06	103.614.506,67	-47.344.118,04				-3.655.642,16	-3.655.642,16	368.796.569,08
	2.138.766.931,00	183.619.980,21	-1.574.668,79	-1.757.081,17			-65.203.109,00	-12.212.648,02	2.241.639.404,23
<b>Total</b>	<b>2.727.652.141,47</b>	<b>232.533.607,69</b>	<b>-2.997.143,13</b>	<b>-1.757.081,17</b>			<b>-113.258.408,25</b>	<b>-13.997.746,35</b>	<b>2.828.175.370,26</b>

Na quantia escriturada, importa salientar que ocorreram adições no valor de 232,5 milhões de euros, onde se destaca, a rubrica de investimentos em curso, no valor de 103,6 milhões de euros.

**i) Ativos fixos tangíveis – Adições**

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, ocorreram as seguintes adições:

Município de Lisboa

5.2 A - Ativos Fixos Tangíveis – Desagregação das Adições – Consolidadas – 31 de dezembro de 2021

(unidade: Euro)

Ativos Fixos Tangíveis	Adições										Total (11) = (1) + (2) + (3) + (4) + (5) + (6) + (7) + (8) + (9) + (10)
	Internas (1)	Compra (2)	Cessão (3)	Transferência ou Troca (4)	Expropriação (5)	Doação, Herança, Legado ou Perdido a Favor do Estado (6)	Dação em Pagamento (7)	Locação Financeira (8)	Fusão, Cisão, Reestruturação (9)	Outras (10)	
<b>Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural</b>											
Terrenos e recursos naturais						56,00				650,00	706,00
Edifícios e outras construções											
Infraestruturas		136.273,26									136.273,26
Património histórico, artístico e cultural		216.463,68				11.585,00					228.048,68
Outros											
Bens de domínio público em curso		48.548.599,54									48.548.599,54
		48.901.336,48				11.641,00				650,00	48.913.627,48
<b>Ativos fixos em concessão</b>											
Terrenos e recursos naturais											
Edifícios e outras construções											
Infraestruturas											
Património histórico, artístico e cultural											
Ativos fixos em concessão em curso											
<b>Outros ativos fixos tangíveis</b>											
Terrenos e recursos naturais		5.637.748,69		2.116.787,00	56.691,70					18.406.201,32	26.217.428,71
Edifícios e outras construções		15.145.489,87			57.277,50					11.429.926,18	26.632.693,55
Equipamento básico		14.534.125,70									15.299.493,20
Equipamento de transporte		2.504.216,19									5.551.360,19
Equipamento administrativo		4.007.901,44				2.583,00			3.047.144,00		4.010.484,44
Equipamentos biológicos		0,00									
Outros		2.294.013,45									2.294.013,45
Ativos fixos tangíveis em curso		103.614.506,67									103.614.506,67
		147.738.002,01		2.116.787,00	113.969,20	2.583,00	765.367,50	3.047.144,00		29.836.127,50	183.619.980,21
<b>Total</b>		196.639.338,49		2.116.787,00	113.969,20	14.224,00	765.367,50	3.047.144,00		29.836.777,50	232.533.607,69

Nas adições dos AFT destacam-se o registo de faturas relativas a empreitadas na rubrica de investimentos em curso. Salienta-se ainda que o valor de 15,2 milhões de euros referente à rubrica equipamento básico está incluído o valor de 8,7 milhões euros referentes à aquisição de novos autocarros e a grandes reparações efetuadas nos veículos ao serviço público.

ii. Ativos fixos tangíveis – diminuições

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, ocorreram as seguintes diminuições

Município de Lisboa

5.2 B – Ativos Fixos Tangíveis – Desagregação das Diminuições – Consolidadas – 31 de dezembro de 2021

(unidade: Euro)

Ativos Fixos Tangíveis	Diminuições					Total (6) = (1) + (2) + (3) + (4) + (5)
	Alienação a Título Oneroso (1)	Transferência ou Troca (2)	Devolução o ou Reversão (3)	Fusão, Cisão, Reestruturação (4)	Outras (5)	
<b>Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural</b>						
Terrenos e recursos naturais	-650,00					-650,00
Edifícios e outras construções						
Infraestruturas						
Património histórico, artístico e cultural					-5.777,16	-5.777,16
Outros						
Bens de domínio público em curso					-1.778.671,17	-1.778.671,17
	-650,00				-1.784.448,33	-1.785.098,33
<b>Ativos fixos em concessão</b>						
Terrenos e recursos naturais						
Edifícios e outras construções						
Infraestruturas						
Património histórico, artístico e cultural						
Ativos fixos em concessão em curso						
<b>Outros ativos fixos tangíveis</b>						
Terrenos e recursos naturais	-898.944,28	-67.797,36			-13.798,23	-980.539,87
Edifícios e outras construções	-4.458.215,43	-200.316,88			-159.763,98	-4.818.296,29
Equipamento básico					-67.690,56	-67.690,56
Equipamento de transporte					-2.001.875,15	-2.001.875,15
Equipamento administrativo					-394.122,01	-394.122,01
Equipamentos biológicos						
Outros					-294.481,98	-294.481,98
Ativos fixos tangíveis em curso					-3.655.642,16	-3.655.642,16
	-5.357.159,71	-268.114,24			-6.587.374,07	-12.212.648,02
<b>Total</b>	-5.357.809,71	-268.114,24			-8.371.822,40	-13.997.746,35

## 6. LOCAÇÕES

## 6.1. LOCAÇÕES FINANCEIRAS – LOCATÁRIOS

Em 31 de dezembro de 2021, apresentam-se os seguintes bens em regime de locação financeira, como locatária:

Quadro 6.1 - Locações financeiras - Consolidadas - Locatários - 31 de Dezembro de 2021

Rubricas	Quantia escriturada líquida (1)	Pagamentos efetuados acumulados				Futuros pagamentos mínimos (2)				Valor presente dos futuros pagamentos mínimos (3)	Rendas contingentes registadas como gasto do período (4)
		Período		Acumulado		Até 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Superior a 5 anos	Total		
		Capital	Juro	Capital	Juro						
434 - Transportes	3.398.869,28	721.114,11	17.634,15	1.473.434,16		813.308,32	2.288.119,19	2.235,96	3.103.663,47		
<b>Total</b>	<b>3.398.869,28</b>	<b>721.114,11</b>	<b>17.634,15</b>	<b>1.473.434,16</b>		<b>813.308,32</b>	<b>2.288.119,19</b>	<b>2.235,96</b>	<b>3.103.663,47</b>		

## 6.2. LOCAÇÕES OPERACIONAIS – LOCATÁRIOS

Em 31 de dezembro de 2021, os bens em regime de locação operacional, como locatária, são os seguintes:

Quadro 6.2 - Locações operacionais - Consolidadas - Locatário 31 de Dezembro de 2021

Bens Locados (1)	Valor do contrato (2)	Pagamentos efetuados acumulados (3)				Futuros pagamentos mínimos (4)				Valor presente dos futuros pagamentos mínimos (5)
		Período		Acumulado		Até 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Superior a 5 anos	Total	
		Pagamentos mínimos	Rendas contingentes	Pagamentos mínimos	Rendas contingentes					
Terrenos	1.102.088,87	22.705,53		256.300,24		23.305,53	92.021,36	707.756,21	823.083,10	
Edifícios	36.577.209,97	4.730.822,47		21.812.102,35		2.694.860,43	6.803.421,79	536.002,93	10.034.285,15	
Viaturas ligeiras	828.046,84	195.941,85		500.860,62		133.361,83	92.740,86		226.102,69	-75.144,69
Serviço de Impressão	91.615,32	27.993,57		89.070,45		2.544,87			2.544,87	-2.544,87
<b>Total</b>	<b>38.598.961,00</b>	<b>4.977.463,42</b>		<b>22.658.333,66</b>		<b>2.854.072,66</b>	<b>6.988.184,01</b>	<b>1.243.759,14</b>	<b>11.086.015,81</b>	<b>-77.689,56</b>

## 6.4. LOCAÇÕES OPERACIONAIS – LOCADORES

Em 31 de dezembro de 2021, os bens em regime de locação operacional, como locador, são os seguintes:

Quadro 6.4 - Locações operacionais - Consolidadas - Locador 31 Dezembro de 2021

Bens Locados (1)	Valor do contrato (2)	Pagamentos efetuados pelo locatário acumulados (3)				Futuros pagamentos mínimos locatário (4)				Valor presente dos futuros pagamentos mínimos (5)
		Período		Acumulado		Até 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Superior a 5 anos	Total	
		Pagamentos mínimos	Rendas contingentes	Pagamentos mínimos	Rendas contingentes					
Terrenos	98.892.227,41	2.843.553,97		26.113.336,13		9.092.404,36	13.325.355,15	47.517.577,80	69.935.337,31	
Edifícios	79.142.409,95	3.835.871,59		23.702.324,23		5.046.611,04	12.782.181,41	33.775.421,68	51.604.214,13	
<b>Total</b>	<b>178.034.637,36</b>	<b>6.679.425,56</b>		<b>49.815.660,36</b>		<b>14.139.015,40</b>	<b>26.107.536,56</b>	<b>81.292.999,48</b>	<b>121.539.551,44</b>	



7. CUSTO DE EMPRÉSTIMOS

7.1 - Empréstimos obtidos - Empréstimos bancários (por entidade credora e maturidade) - Consolidado

(unidade: Euro)

Entidade	Data do contrato	Data de visto do TC	Prazo do contrato <sup>(1)</sup>	Capital		Taxa de juro <sup>(2)</sup>		Pagamentos de anos anteriores			Pagamentos do ano			Encargos vencidos e não pagos	Saldo em 1 de Janeiro	Saldo em 31 de dezembro
				Contratado	Utilizado	Inicial	Atual	Amortização	Juros	Total	Amortização	Juros	Total			
<b>Empréstimos de médio e longo prazo que atingiram a maturidade em 2021</b>																
CGD	1994 e 2001	1994 e 2001	26	30.982.254	29.797.418	7,70%	0,00%	28.753.659	3.036.871	31.790.530	1.043.759		1.043.759		1.043.759	0
CEMG	2001	2001	20	24.939.895	24.939.895	5,18%	0,00%	24.036.202	4.651.726	28.687.928	903.693		903.693		903.693	0
Totta	2001	-	20	1.217.960	1.217.960	3,65%	0,00%	1.146.315	213.686	1.360.000	71.645	1	71.646		71.645	0
DEXIA	2001	2001	20	66.000.000	66.000.000	4,29%	0,00%	64.114.276	14.898.820	79.013.096	1.885.724		1.885.724		1.885.724	0
<b>Total dos empréstimos amortizados em 2021</b>				<b>123.140.108</b>	<b>121.955.273</b>			<b>118.050.452</b>	<b>22.801.102</b>	<b>140.851.554</b>	<b>3.904.820</b>	<b>1</b>	<b>3.904.821</b>	<b>0</b>	<b>3.904.820</b>	<b>0</b>
<b>Empréstimos de médio e longo prazo que atingem a maturidade em 2022</b>																
CGD	1994 e 2001	1994 e 2001	26	37.462.452	36.873.351	7,70%	0,00%	33.731.883	3.686.155	37.418.038	2.038.989		2.038.989		3.141.468	1.102.479
BPI	1997	1997	25	48.590.542	48.344.013	1,40%	0,04%	45.490.666	4.265.436	49.756.102	1.426.361	1.092	1.427.454	14	2.853.347	1.426.985
BPI <sup>(3)</sup>	2002	2002	20	80.000.000	80.000.000	5,18%	0,00%	75.297.891	16.568.524	91.866.415	2.351.054		2.351.054		4.702.109	2.351.054
<b>Total dos empréstimos com maturidade em 2022</b>				<b>166.052.994</b>	<b>165.217.364</b>			<b>154.520.441</b>	<b>24.520.115</b>	<b>179.040.555</b>	<b>5.816.405</b>	<b>1.092</b>	<b>5.817.497</b>	<b>14</b>	<b>10.696.923</b>	<b>4.880.518</b>
<b>Empréstimos de médio e longo prazo com maturidades superiores a 1 ano</b>																
IHRU	2010	2010	30	57.530.761	57.530.761	1,26%	0,37%	3.209.394	2.881.363	6.090.757		203.644	203.644	48.043	54.321.367	54.321.367
CGD	entre 1995 e 2003	entre 1995 e 2003	28	133.641.113	122.256.290	3,80%	0,00%	98.499.166	13.499.067	111.998.233	5.148.010		5.148.010		23.757.125	18.609.115
Totta	2014	-	15	48.600.000	48.600.000	3,92%	1,21%	26.716.383	4.785.234	31.501.617	6.151.520	264.559	6.416.079	60.787	21.883.617	15.732.097
BPI	entre 1998 e 2015	entre 1998 e 2015	23	101.792.375	92.087.884	1,95%	0,73%	23.416.005	5.742.036	29.158.042	5.114.520	355.435	5.469.955	119.534	48.671.879	63.557.359
BEI	entre 2016 e 2021	entre 2016 e 2021	20	143.250.000	82.750.000	0,64%	0,18%	4.750.000	323.623	5.073.623	3.222.222	106.080	3.328.302	30.066	60.000.000	74.777.778
CEB	2021	2021	10	30.000.000	12.500.000	0,07%	0,00%									12.500.000
IHRU (SRU)	08/09/2009		36	16.100.000	16.100.000	0,57%	0,89%		1.021.223	1.021.223	125.000	79.993	204.993		16.100.000	15.975.000
BPI (EMEL)	11/05/2010	N/A	15	4.000.000	4.000.000	3,26%	1,73%	2.207.555	739.527	2.947.082	345.981	30.198	376.180		1.792.445	1.446.463
Turismo Portugal (Iessica-NB) (EMEL)	28/11/2012	N/A	10	2.500.000	1.250.000	1,30%	0,99%	220.588	48.960	269.548					1.029.412	1.029.412
BPI/MG (GEBALIS)	30/01/2015	n/suj	15	13.700.000	13.700.000	4,04%	2,00%	6.393.333	2.403.902	8.797.236	913.333	172.430	1.085.763		8.220.000	7.306.667
<b>Total dos empréstimos com maturidades posteriores a 2021</b>				<b>551.114.249</b>	<b>450.774.935</b>			<b>165.412.424</b>	<b>31.444.935</b>	<b>196.857.359</b>	<b>21.020.586</b>	<b>1.212.340</b>	<b>22.232.326</b>	<b>258.430</b>	<b>235.775.844</b>	<b>265.255.258</b>
<b>Empréstimos a curto prazo</b>																
Banco Santander (EGEAC) (a)	14/09/2015		1	3.000.000	950.000		1,50%				1.900.000	9.672	1.909.672		1.500.000	550.000
Novo Banco (EGEAC) (a)	anterior a 2015		1	3.000.000	5.175.000		1,50%				3.375.000	7.091	3.382.091		1.800.000	1.800.000
MillenniumBCP (EGEAC) (a)	anterior a 2015		1	3.000.000	0		1,50%				10.778	10.778				
BPI (CARRIS)	21/08/2020	Renovação		672.000	672.000	1,28%	1,28%					3.785	3.785			672.000
BPI (CARRIS)	Descoberto bancário			7.749	7.749											7.749
				9.672.000	6.804.749			0	0	0	5.275.000	31.326	5.306.326	0	1.500.000	3.029.749
<b>Total</b>				<b>849.979.351</b>	<b>744.752.320</b>			<b>437.983.317</b>	<b>78.766.152</b>	<b>516.749.469</b>	<b>36.016.811</b>	<b>1.244.760</b>	<b>37.261.571</b>	<b>258.444</b>	<b>251.877.588</b>	<b>273.165.525</b>

Notas:

(1) Prazo médio considerando o conjunto de empréstimos contratados junto da respetiva entidade credora

(2) Taxa de juro média considerando o conjunto de empréstimos contratados junto da respetiva entidade credora

(3) Empréstimo sindicado, denominado "Financiamento do PPI 2002-2005", em que o BPI assume o papel de Banco Agente, inicialmente contratado junto do DIFPA e da CAG, e cuja parte do DEFFA foi entretanto adquirida pelo BPI.

(a) Saldo referente a utilização de conta caucionada. Prazo com renovação automática anual.

O valor apresentado no Balanço nas rubricas financiamentos obtidos não correntes e correntes, inclui o montante de 3.103.663,47 euros relativo às locações financeiras, em detalhe na Nota 6.1 - Locações Financeira - Locatários

O custo dos empréstimos, não são capitalizados nos investimentos.

8. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

Pela aplicação do novo normativo contabilístico, procedeu-se no início de 2020 à reclassificação de bens afetos ao arrendamento, em que os valores pagos ao Município se encontram equiparados aos valores de mercado.

8.2 - Propriedades de Investimento – Quantia escriturada e movimentos acumulados (modelo do custo) - Consolidado – 31 de dezembro

(unidade: euro)

Rubricas	Quantia Escriturada Inicial	Variações (modelo do custo)							Quantia Escriturada Final	Gastos do período	Rendimentos do período	
		Adições	Transferências Internas à Entidade	Depreciações do período	Perdas por imparidade	Reversões de perdas por imparidade	Diferenças cambiais	Diminuições			Rendas	Outros
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12)
<b>Propriedades de Investimento</b>												
Bens de domínio público												
Terenos e recursos naturais	519.250,42								519.250,42			
Edifícios e outras construções	8.786.104,93		983.134,73	-157.578,16					9.404.348,90		275.807,37	
Outras propriedades de investimento												
Propriedades de Investimento em curso												
<b>Total</b>	<b>9.305.355,35</b>		<b>983.134,73</b>	<b>-157.578,16</b>					<b>9.923.599,32</b>		<b>275.807,37</b>	

Pela aplicação do novo normativo contabilístico, procedeu-se, no início de 2020 à reclassificação de bens afetos ao arrendamento, em que os rendimentos do Município têm natureza económica. Este ano, ocorreu uma reclassificação em propriedades de investimento no valor de 1,0 milhão de euros.

## 10. INVENTÁRIOS

Quadro 10.1 – Inventários – Consolidado (unidade: Euro)

Rubrica	Quantia bruta	Imparidade acumulado	Quantia recuperável
(1)	(2)	(3)	(4)=(2)-(3)
Mercadorias	265.835,92		
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	5.875.230,85		
Produtos acabados e intermédios			
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos			
Produtos e trabalhos em curso	67.631,34		
<b>TOTAL</b>	<b>6.208.698,11</b>		

Quadro 10.2 – Inventários: Movimentos do período – Consolidado (unidade: Euro)

Rubrica	Quantia escriturada inicial	Movimentos do período							Quantia escriturada final
		Compras líquidas	Consumos/gastos	Variações nos inventários da produção	Perdas por imparidade	Reversões de perdas por imparidade	Outras reduções de inventários	Outras aumentos de inventários	
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(4)=(1)+(2)-(3)-/(4)-(5)+(6)-(7)±(8)	
Mercadorias	254.577,68	123.813,08	105.451,96					265.835,92	
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	6.045.559,58	22.982.232,92	23.179.993,44		34.277,20	34.277,20	37.291,62	5.875.230,85	
Produtos acabados e intermédios									
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos									
Produtos e trabalhos em curso	14.338,44			-53.292,90				67.631,34	
<b>TOTAL</b>	<b>6.314.475,70</b>	<b>23.106.046,00</b>	<b>23.285.445,40</b>	<b>-53.292,90</b>	<b>34.277,20</b>	<b>34.277,20</b>	<b>43.880,77</b>	<b>6.208.698,11</b>	

## 13. RENDIMENTOS DE TRANSAÇÕES COM CONTRAPRESTAÇÃO

## a) Políticas contabilísticas e métodos adotados

VENDA DE BENS – O rendimento é reconhecido aquando da transmissão e passagem de direitos e responsabilidades.

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS – O rendimento é reconhecido na demonstração de resultados com referência à fase de acabamento da prestação de serviços à data do balanço.

JUROS – O rendimento é reconhecido na demonstração de resultados através do juro efetivo.

DIVIDENDOS – O rendimento é reconhecido quando colocado à disposição.

## b) Quantia da cada categoria de Rendimentos

As prestações de serviços e outros rendimentos, efetuadas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, têm a seguinte decomposição:

## 13.1 - Rendimento de transações com contraprestação consolidado

Unidade: euro

Tipo de transação com contraprestação	Rendimento do período reconhecido 2021	Rendimento do período reconhecido 2020
Prestação de serviços	204.572.986,04	233.333.173,26
Venda de bens	37.765.959,06	4.491.222,90
Juros	974,24	
Royalties - sub conta da		
Dividendos ou distribuições similares	676.864,77	822.338,20
Outros	2.663,55	
<b>Total</b>	<b>243.019.447,66</b>	<b>238.646.734,36</b>

## 14. RENDIMENTOS DE TRANSAÇÕES SEM CONTRAPRESTAÇÃO

Os rendimentos provenientes de transações sem contraprestação registados nos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, têm a seguinte decomposição:

## 14.1 - Rendimento de transações sem contraprestação consolidado

Unidade: euro

Tipo de Rendimento (1)	Rendimento do período reconhecido		Quantias por receber (3)		Adiantamentos recebidos
	Resultados	Património líquido	Início do período	Final do período	
Impostos diretos	219.237.702,28		2.855.988,02	2.855.988,02	
Impostos indiretos	255.339.311,16				
Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde					
Taxas	60.384.382,21		7.209.554,93	6.394.879,08	
Multas e outras penalidades - 21412	8.712.905,87		160.372,02	186.604,05	
Transferências sem condição	71.977.426,40				
Transferências com condição	36.869.801,54	-151.073,71	8.416.560,97	1.840.879,28	1.658.861,33
Subsídios sem condição					
Subsídios com condição					
Legados, ofertas e doações		33.851,44	-	-	
Outros			10.877.218,69	8.581.801,88	
<b>Total</b>	<b>652.521.529,46</b>	<b>-117.222,27</b>	<b>29.519.694,63</b>	<b>19.860.152,31</b>	<b>1.658.861,33</b>

No quadro acima, os resultados totalizam ≈ 652,5 milhões de euros em que o Município apresenta ≈ 621,7 milhões de euros, cerca de 95% do valor consolidado.

A maior contribuição para este facto, corresponde aos impostos diretos e indiretos do Município com ≈ 219,2 milhões de euros e ≈ 255,3 milhões de euros respetivamente.

Nas quantias por receber que totalizam ≈ 19,9 milhões de euros no final do período, verifica-se a mesma situação em que o Município apresenta ≈ 15,6 milhões de euros, representando ≈ 78% do valor consolidado. Os valores no Município, dizem respeito essencialmente a liquidações efetuadas nos anos anteriores, para exploração e investimentos.

## 15. PROVISÕES

## 15.1 - Provisões - Consolidado

(unidade: Euro)

Provisão	Quantia escriturada inicial	Aumentos				Diminuições				Quantia escriturada final
		Reforços	Aumentos da quantia descontada	Outros aumentos	Total de aumentos	Utilizações	Reversões	Outras diminuições	Total de diminuições	
		(3)	(4)	(5)	(6) = (3) + (4) + (5)	(7)	(8)	(9)	(10) = (7) + (8) + (9)	
Impostos, contribuições e taxas	150.209,09									150.209,09
Garantias a clientes										
Processos judiciais em curso	159.017.042,22	12.375.602,70	337.194,14		12.712.796,84		53.134,70	9.282.502,24	9.335.636,94	162.394.202,12
Acidentes de trabalho e doenças profissionais	3.278.203,60		28.472,62		28.472,62					3.306.676,22
Matérias ambientais	2.000,00									2.000,00
Contratos onerosos										
Reestruturação e reorganização										
Outras provisões	33.086.390,67	8.585.798,61	119.138,33		8.704.936,94	1.379.723,28	4.604,70	1.538.867,04	2.923.195,02	38.868.132,59
<b>Total</b>	<b>195.533.845,58</b>	<b>20.961.401,31</b>	<b>484.805,09</b>		<b>21.446.206,40</b>	<b>1.379.723,28</b>	<b>57.739,40</b>	<b>10.821.369,28</b>	<b>12.258.831,96</b>	<b>204.721.220,02</b>

As provisões sofrem um acréscimo, face ao ano transato de aproximadamente 9,2 milhões de euros, sendo de salientar os aumentos verificados nas contas do Município e da EMEL.

Houve um acréscimo de 2,7 milhões de euros das provisões para processos judiciais do Município e de cerca de 8,3 milhões de euros nas outras provisões correspondendo, quase totalmente, à criação de uma provisão para fazer face às responsabilidades, inerentes ao protocolo com a ATL - Associação de Turismo de Lisboa, relativo ao período de 2019 a 2021, tendo-se verificado, em contrapartida, uma diminuição de 1,5 milhões de euros na provisão para a devolução da taxa municipal de proteção civil.

O aumento verificado na EMEL deve-se ao reforço da provisão para processos judiciais em 429 mil euros, bem como, ao reforço da provisão constituída em 2020 para fazer face à eventual obrigatoriedade das empresas municipais serem obrigadas a contribuir para o ACSS, IP pela prestação de serviços e dispensa de medicamentos aos seus trabalhadores.

Verifica-se ainda, a diminuição das provisões da CARRIS em cerca de 1,0 milhões de euros devida essencialmente à utilização da provisão criada em 2020 para o fim mencionado no paragrafo anterior.

As responsabilidades com pensões e acidentes de trabalho foram calculadas com base na aplicação de uma anuidade vitalícia, para a população em estudo, efetuada por uma entidade especializada (Atuário).

## 17. ACONTECIMENTOS APÓS DATA DE BALANÇO

Quando ocorrem eventos subsequentes à data do balanço que demonstram a evidência de condições que já existiam à data do balanço, o impacto desses eventos é ajustado nas demonstrações financeiras. Caso contrário, eventos subsequentes à data do balanço com uma natureza e dimensão material são descritos nesta nota.

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras Consolidadas de 31 de dezembro de 2021.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas, com exceção da continuidade da pandemia cujo plano de desconfinamento se encontra em curso.

No caso da Carris, a perda de rendimentos decorrente da redução da procura, embora se preveja uma evolução positiva ao longo do ano de 2022, continuará a ser compensada pelas verbas a disponibilizar pela TML, nos termos do referido Decreto-Lei n.º 104/2021, não se prevendo, à data, para o ano de 2022, alterações significativas aos apoios que integraram os rendimentos da CARRIS para 2021.

É de relevar também que a invasão da Ucrânia tem impactos devastadores, que podem afetar as entidades a nível global, gerando um elevado grau de incerteza para as entidades. As implicações no

relato financeiro podem também ser muito significativas, com efeitos que dependem da realidade de cada entidade.

Os impactos devem ser revistos regularmente, pois o desenvolvimento, a duração e as consequências da guerra são imprevisíveis.

As entidades devem considerar as questões relacionadas com a aplicação do pressuposto da continuidade, nomeadamente pelo efeito adverso que pode ser suscitado pela guerra na Ucrânia, pelas sanções aplicáveis à Federação Russa e à Bielorrússia e outros efeitos colaterais, com destaque nas repercussões sobre, por exemplo, o preço e disponibilidade de matérias-primas, energia ou outros aspetos comerciais ou tecnológicos (IT), que as empresas do Grupo vão acompanhar durante o ano de 2022.

## 18. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

### 18.1. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS E BASES DE MENSURAÇÃO

No reconhecimento inicial, os ativos financeiros encontram-se relevados pelo justo valor, sendo posteriormente reconhecidos pelo justo valor e pelo custo amortizado menos perdas por imparidade.

A rubrica de depósito à ordem está mensurada pelo justo valor.

#### a) Ativos Financeiros

Quadro 18.1 - Ativos Financeiros consolidado

(unidade: Euro)

Rubricas	31.12.2021	31.12.2020
<b>Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado</b>		
<b>Não corrente</b>		
Participações Financeiras	69.614.553,49	69.171.932,07
Clientes, contribuintes e utentes	294.746,60	559.884,89
Outras contas a receber	32.380.425,11	34.474.656,58
<b>Sub-Total não corrente</b>	<b>102.289.725,20</b>	<b>104.206.473,54</b>
<b>Corrente</b>		
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	1.840.879,28	8.416.560,97
Clientes, contribuintes e utentes	17.724.526,43	20.543.248,77
Outras contas a receber	46.469.564,09	48.362.861,22
Devedores por acréscimos de rendimentos	177.164.340,95	182.663.252,08
<b>Sub-Total corrente</b>	<b>243.199.310,75</b>	<b>259.985.923,04</b>
<b>Total</b>	<b>345.489.035,95</b>	<b>364.192.396,58</b>

18.2. PASSIVOS FINANCEIROS

Em 2021 e 2020, os passivos Financeiros Consolidados, refletem os seguintes valores:

Quadro 18.2 - Passivos financeiros consolidado

(unidade: Euro)

Rubricas	Consolidado	Consolidado
	31.12.2021	31.12.2020
<b>Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado</b>		
<b>Não corrente</b>		
Empréstimos	242.068.549,68	219.489.179,42
Locações financeiras	2.290.355,15	47.653,55
Outros Credores	41.599.934,81	54.509.863,09
<b>Sub-Total não corrente</b>	<b>285.958.839,64</b>	<b>274.046.696,06</b>
<b>Corrente</b>		
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis	6.984,90	0,00
Fornecedores	21.458.273,94	18.779.523,24
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	1.451.128,58	1.487.308,58
Empréstimos	31.096.999,90	32.591.527,69
Locações financeiras	813.308,32	729.602,53
Fornecedores de investimentos	1.548.531,64	3.253.763,85
Outros Credores	59.834.686,33	64.757.082,97
Credores por acréscimos de gastos	93.322.676,45	72.100.485,07
<b>Sub-Total corrente</b>	<b>209.532.590,06</b>	<b>193.699.293,93</b>
<b>Total</b>	<b>495.491.429,70</b>	<b>467.745.989,99</b>

18.4. OUTROS INVESTIMENTOS FINANCEIROS QUE NÃO SEJAM PARTICIPAÇÕES DE CAPITAL EM ENTIDADES CONTROLADAS, ASSOCIADAS OU ACORDOS CONJUNTOS

Quadro 18.4 - Outros investimentos financeiros que não sejam participações de capital em entidades controladas, associadas ou acordos conjuntos

(Unidade: euro)

Rubricas	% Controlo	Fração do capital detido à data de relato	Quantia escriturada inicial	Aumentos				Diminuições				Quantia escriturada final
				Compras	Ganhos de justo valor	Reversões de perdas por imparidade	Outros	Alienações	Perdas de justo valor	Perdas por imparidade	Outras	
<b>Participações de capital - ao custo</b>												
Agência Promoção Baixa Chiado		39.903,83	39.903,83								39.903,83	0,00
AIEL - Associação para a Inovação e Empreendedorismo de Lisboa	16,54%	450.000,00	450.000,00									450.000,00
Águas do Tejo Atlântico, S.A.	18,38%	20.866.618,00	20.866.618,00									20.866.618,00
FAM - Fundo Apoio Municipal	3,03%	12.672.351,00	12.672.351,00									12.672.351,00
Lispolis - Associação para o Polo Tecnológico de Lisboa	7,50%	87.500,00	87.500,00									87.500,00
MARL - Mercado Abastecedor da Região de Lisboa, SA.	9,90%	2.970.272,55	2.970.272,55									2.970.272,55
Sonagi - 1.932 ações		9.636,78	9.636,78									9.636,78
Publicarris	45%	-	-									-
OTUS	14,29%	65.999,73	342.236,37									342.236,37
<b>Total</b>		<b>37.162.281,89</b>	<b>37.438.518,53</b>									<b>37.398.614,70</b>

Os outros investimentos acima apresentados incluem participações em 2 entidades, Valorsul, Valorização e tratamento de resíduos sólidos das regiões de Lisboa e do Oeste, SA e Associação Parque Junqueira, que pela percentagem de participação foram alvo de aplicação do MEP – Método de Equivalência Patrimonial.

## 19. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

## 19.1 BENEFÍCIOS DEFINIDOS

Os benefícios de empregados de curto prazo incluem salários, ordenados, prémios de produtividade e assiduidade, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal, e quaisquer outras retribuições adicionais, tais como trabalho extraordinário e subsídio de prevenção e trabalho noturno e abonos variáveis.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, as rubricas de Gastos com Pessoal, decompõe-se como segue:

## 19. Gastos com Pessoal - Consolidado

(unidade: Euro)

Gastos com Pessoal	31.12.2021	31.12.2020
Rem Órg Sob. Autárquica / Órg. Sociais	1.710.661,19	1.550.875,93
Remuneração Pessoal	298.741.934,01	291.297.880,45
Encargos sobre remunerações	71.364.914,86	70.227.566,47
Seguros e Gastos referentes a Acidentes no trabalho e doenças profissionais	3.774.962,04	3.445.021,65
Despesas de saúde e Prestações Sociais	4.567.242,48	3.048.814,04
Outros	4.236.987,45	5.044.408,24
<b>Total</b>	<b>384.396.702,03</b>	<b>374.614.566,78</b>

Em todas as entidades consolidadas verifica-se um acréscimo dos Gastos com Pessoal, num total de 9,8 milhões de euros. De salientar, os aumentos nas remunerações no Município, pela entrada de novos elementos para os quadros do ML, assim como diversas requalificações verificadas, bem como, na EMEL devido essencialmente à contratação de novos trabalhadores devido à internalização da operação de apoio à GIRA (Sistemas de Bicicletas Públicas Partilhadas de Lisboa), e o inerente aumento dos respetivos encargos sobre as remunerações.

## 20. Partes Relacionadas

Quadro 20.1 - Listagem de entidades controladas e associadas

Designação	Sede	Controladas	Associadas	% Controlo	Investimento Financeiro a 01-01-2021	Método da Equivalência Patrimonial (MEP)	Investimento Financeiro a 31-12-2021
Companhia Carris de Ferro de Lisboa, E.M. S.A.	Rua 1º. Maio, nº. 103, 1300-472 Lisboa	x		100,00%	107.271.551,67	49.622.896,25	156.894.447,92
EGEAC - Emp. de Gestão de Equip. Anim. Cultural, E.M. S.A	Avenida Eng. Duarte Pacheco, 26, 1070-111 Lisboa	x		100,00%	4.021.156,94	-109.824,12	3.911.332,82
EMEL - Empresa Pública Municipal de Estacionamento de Lisboa, E.M. S.A.	Alameda das Linhas de Torres 198/200, 1750-150 Lisboa	x		100,00%	41.250.566,83	-649.425,89	40.601.140,94
GEBALIS - Gestão dos Bairros Municipais de Lisboa, E.M. S.A.	Rua Costa Malheiro, Lote B-12, Bairro Dr. Alfredo Bensaúde 1800 - 412 Lisboa	x		100,00%	3.031.535,42	991.866,26	4.023.401,68
Lisboa Ocidental, SRU - Sociedade de Reabilitação Urbana, E.M. S.A.	Praça do Município, 31 - 2ª., 1100-365 Lisboa	x		100,00%	1.237.824,45	-1.237.824,45	-
Associação Parque Junqueira	Praça das Indústrias, 1300-307 Lisboa		x	26,10%	18.776.171,39	-153.966,77	18.622.204,62
Valorsul - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos das Regiões de Lisboa e do Oeste, S.A.	Plataforma Ribeirinha da CP - Estação Mercadorias da Bobadela - 2696-801 São João da Talha		x	20,00%	11.391.638,40	744.871,40	12.136.509,80
Carrisbus - manutenção, reparação e transportes, SA *		x		99,99%	-	-	-
Carristur - inovação em transportes urbanos e regionais, sociedade unipessoal, Lda *		x		100,00%	6.277.438,40	-2.943.771,67	3.333.666,73
<b>Total</b>					<b>193.257.883,50</b>	<b>46.264.821,01</b>	<b>239.522.704,51</b>

\* Empresas controladas pela companhia Carris de Ferro de Lisboa, E.M. S.A.

As contas consolidadas do Município de Lisboa, são auditadas, pela entidade BDO & Associados, SROC, Lda., com a emissão da respetiva certificação legal das contas consolidadas.

O órgão responsável pela aprovação das contas consolidadas é a Câmara.

Relativamente aos saldos e os fluxos financeiros entre as entidades alvo da consolidação, exigido no nº 7 do art.º 75º encontram-se espelhados na nota 20, quadro 20.2 do anexo às Demonstrações Financeiras individuais do Município de Lisboa.

## OUTRAS DIVULGAÇÕES

### 24. Outros Credores e diferimentos passivos

#### 24.1 OUTRAS CONTAS A PAGAR

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, as rubricas de outros credores, desgregam-se como se apresenta:

##### Não Corrente:

Quadro 24.1 - Outras contas a pagar Não corrente - consolidado

(unidade: Euro)

Rubricas	Consolidado	Consolidado
	31.12.2021	31.12.2020
Cauções Recebidas	5.192.881,05	1.181.503,51
Empresas Locais	2.250.000,00	-
Acordo de Pagamento - CML	30.996.774,17	50.354.229,69
Fornecedores retenção para garantia	2.656.040,42	2.439.777,64
Subsídio ao investimento	504.239,17	534.352,25
<b>Total</b>	<b>41.599.934,81</b>	<b>54.509.863,09</b>

##### Corrente:

Quadro 24.1 - Outras contas a pagar corrente - consolidado

(unidade: Euro)

Rubricas	Consolidado	Consolidado
	31.12.2021	31.12.2020
Credores por acréscimos de gastos	23.372.539,26	14.492.264,69
Acréscimos de férias e subsídio de férias	50.434.543,33	48.911.570,17
Permutas	29.967.140,54	29.967.140,54
Cauções	8.508.183,91	9.193.204,78
Outros credores por transferências e subsídios	1.660.162,48	1.345.161,40
Operações de tesouraria	2.049.600,86	2.645.208,80
Outros	17.557.736,88	10.820.562,14
Acordo de Pagamento - CML	19.607.455,52	19.482.455,52
<b>Total</b>	<b>153.157.362,78</b>	<b>136.857.568,04</b>



## 24.2 DIFERIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os diferimentos consolidados desagregam-se como se apresenta:

Quadro 24.2 - Diferimentos consolidado

(unidade: Euro)

Rubricas	Consolidado	Consolidado
	31.12.2021	31.12.2020
<b>Não corrente</b>		
Transferências e subsídios de capital obtidos com condições	30.233.072,10	24.920.989,02
Acordos de concessão de serviços	8.287.380,19	8.383.165,71
Outros	4.844.274,75	5.143.667,50
<b>Sub-Total não corrente</b>	<b>43.364.727,04</b>	<b>38.447.822,23</b>
<b>Corrente</b>		
Transf. e subsíd. correntes obtidos com condições	3.328.153,00	2.104.246,18
Transf. e subsíd. de capital obtidos com condições	15.625.813,15	20.098.148,10
Acordos de concessão de serviços	95.785,52	95.785,52
Rendimentos a reconhecer	4.441.108,04	4.205.962,33
Outros	7.767.687,15	6.949.702,91
<b>Sub-Total Corrente</b>	<b>31.258.546,86</b>	<b>33.453.845,04</b>
<b>Total</b>	<b>74.623.273,90</b>	<b>71.901.667,27</b>

Na componente de diferimentos não corrente, o valor apresentado corresponde na íntegra ao Município de Lisboa, em que o montante mais significativo é relativo às transferências e subsídios de capital obtidos, com condições, que totalizam 30,2 milhões de euros, com destaque para 13,8 milhões de euros, referentes a verbas pagas, pelo Turismo de Portugal ao Município relativamente ao Casino.

No que se refere ao valor corrente, o Município representa também aqui a maior percentagem com ≈ 81%, no valor total de 25,3 milhões de euros.

## 25. Estado e outros entes públicos

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a rubrica Estado e Outros Entes Públicos consolidada, decompõe-se da seguinte forma:

Quadro 25 - Estado e Outros Entes Públicos consolidado

(unidade: Euro)

Rubricas	Consolidado	Consolidado
	31.12.2021	31.12.2020
Segurança Social	3.316.418,70	3.311.753,81
IRS	1.176.663,53	1.091.433,94
IVA	1.357.858,94	1.061.864,73
CGA	4.085,86	12.708,65
IRC a liquidar	3.548.316,18	154.117,84
Outros	112.233,10	112.691,25
<b>Total</b>	<b>9.515.576,31</b>	<b>5.744.570,22</b>

No Estado e outros entes públicos com o montante de ≈ 9,5 milhões de euros, o destaque recai nas Empresas que contribuem com ≈ 7,9 milhões de euros para esta rubrica com ≈ 83%.

O impacto mais significativo é referente à Carris com ≈ 5,0 milhões de euros em que ≈ 3,1 corresponde a IRC a liquidar.

## 26. Fornecimentos e Serviços Externos

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, as rubricas Fornecimentos e Serviços Externos, decompõe-se como segue:

### 26. Fornecimentos e Serviços Externos - Consolidado

(unidade: Euro)

Fornecimento e Serviços Externos	31.12.2021	31.12.2020
Saneamento Básico	28.836.371,55	29.322.809,01
Trabalhos especializados	27.980.947,26	29.843.042,81
Subcontratos	73.352.342,50	33.017.552,06
Conservação e reparação	37.111.670,25	31.018.410,28
Manutenção e reparação autocarros	5.165.904,52	8.145.199,80
Manutenção e reparação eléctricos	332.276,78	2.798.093,88
Eletricidade	14.340.340,47	13.566.093,38
Comissões	12.408.108,83	11.701.335,48
Serviços Saúde	9.524.488,56	
Honorários	8.798.813,50	8.803.181,34
Rendas e alugueres	11.480.687,68	9.875.505,46
Serviços de alojamento e de restauração	4.686.003,55	4.939.269,43
Outros serviços	7.481.589,97	14.419.747,60
Vigilância e segurança	12.503.284,48	10.413.361,00
Serviços de recolha e trat. de res. sól. e urbanos	8.602.786,01	5.905.789,57
Limpeza, higiene e conforto	12.151.642,77	8.826.216,76
Água	5.783.117,68	4.323.846,90
Medicamentos e artigos para a saúde	746.707,58	1.825.364,22
Publicidade, comunicação e imagem	2.220.209,00	2.423.772,99
Comunicação	4.631.731,30	3.519.153,84
Serviços de transporte	1.128.773,35	1.362.563,25
Material de educação, cultura e recreio	165.267,09	1.735.132,49
Combustíveis e lubrificantes	2.982.385,17	3.370.390,99
Seguros	3.640.298,58	3.435.784,80
Outros	3.497.924,70	7.893.288,26
<b>Total</b>	<b>299.553.673,13</b>	<b>252.484.905,60</b>



**DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS  
CONSOLIDADAS**

# 1 DEMONSTRAÇÃO DE DESEMPENHO ORÇAMENTAL

Demonstração de Desempenho Orçamental Consolidado  
31 de dezembro de 2021

(unidade: Euro)

Rubrica Recebimentos		Recebimentos		Rubrica Pagamentos		Pagamentos	
		Consolidado 2021	Consolidado 2020			Consolidado 2021	Consolidado 2020
	<b>Saldo de gerência anterior</b>	<b>292.465.664,14</b>	<b>396.992.853,50</b>			<b>787.300.800,35</b>	<b>674.023.526,86</b>
	Operações orçamentais [1]	277.360.372,44	380.280.825,32	D1	Despesa corrente	276.480.501,92	264.839.331,62
	Devolução do saldo oper. Orçamentais	277.360.372,44	380.280.825,32	D1.1	Despesas com o pessoal	187.134.816,96	177.411.922,41
	Recebimento do saldo oper. orçamentais devolvido por entidades terceiras	277.360.372,44	380.280.825,32	D1.2	Remunerações Certas e Permanentes	30.447.362,26	31.020.508,13
	Operações de tesouraria [A]	15.105.291,70	16.712.028,18	D1.3	Abonos Variáveis ou Eventuais	58.898.322,70	56.406.901,08
	<b>Receita corrente</b>	<b>772.855.459,15</b>	<b>726.325.712,50</b>	D2	Segurança social	228.953.598,53	198.461.693,80
R1	Receita fiscal	484.539.015,54	451.590.201,56	D3	Juros e outros encargos	2.606.313,38	3.313.750,18
R1.1	Impostos diretos	484.539.015,54	451.590.201,56	D4	Transferências e subsídios correntes	270.107.442,13	196.233.852,30
R1.2	Impostos indiretos			D4.1	Transferências correntes	175.845.455,73	143.680.061,94
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde			D4.1.1	Administrações Públicas	85.528.045,18	95.398.492,94
R3	Taxas, multas e outras penalidades	53.938.158,43	56.959.437,69	D4.1.1.1	Administração Central - Estado Português	5.878.344,31	4.302.586,34
R4	Rendimentos de propriedade	18.652.450,97	15.887.909,70	D4.1.1.2	Administração Central - Outras entidades		
R5	Transferências e subsídios correntes	84.606.690,14	64.439.413,24	D4.1.1.3	Segurança Social		
R5.1	Transferências correntes	84.606.690,14	64.439.413,24	D4.1.1.4	Administração Regional		
R5.1.1	Administrações Públicas	83.507.472,99	60.789.187,40	D4.1.1.5	Administração Local	79.649.700,87	91.095.906,60
R5.1.1.1	Administração Central - Estado Português	79.673.543,04	58.148.106,55	D4.1.2	Entidades do setor não lucrativo	45.877.742,34	43.167.297,03
R5.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	3.833.420,99	2.641.080,85	D4.1.3	Famílias	4.733.192,25	533.210,26
R5.1.1.3	Segurança Social	508,96		D4.1.4	Outras	39.706.475,96	4.581.061,71
R5.1.1.4	Administração Regional			D4.2	Subsídios correntes	94.261.986,40	52.553.790,36
R5.1.1.5	Administração Local			D5	Outras despesas correntes	9.152.944,39	11.174.898,96
R5.1.2	Exterior - U E	1.099.217,15	3.650.225,84		<b>Despesa de capital</b>	<b>157.490.456,29</b>	<b>145.234.407,99</b>
R5.1.3	Outras			D6	Aquisição de bens de capital	111.163.724,60	102.052.191,83
R5.2	Subsídios correntes			D7	Transferência e subsídios de capital	43.046.731,69	37.182.216,16
R6	Venda de bens e serviços	112.909.906,79	119.003.670,01	D7.1	Transferências de capital	43.046.731,69	37.182.216,16
R7	Outras receitas correntes	18.209.237,28	18.445.080,30	D7.1.1	Administrações Públicas	26.843.027,46	8.603.837,62
	<b>Receita de capital</b>	<b>22.845.646,84</b>	<b>14.200.649,76</b>	D7.1.1.1	Administração Central - Estado Português		
R8	Venda de bens de investimento	5.031.598,56	2.996.921,36	D7.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	104.300,00
R9	Transferências e subsídios de capital	14.371.208,35	10.257.487,51	D7.1.1.3	Segurança Social		
R9.1	Transferências de capital	14.371.208,35	10.257.487,51	D7.1.1.4	Administração Regional		
R9.1.1	Administrações Públicas	14.371.208,35	10.257.487,51	D7.1.1.5	Administração Local	26.843.027,46	8.499.537,62
R9.1.1.1	Administração Central - Estado Português	5.286.141,23	2.431.955,54	D7.1.2	Entidades do setor não lucrativo	15.327.095,11	16.949.978,82
R9.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	9.085.067,12	7.825.531,97	D7.1.3	Famílias	733.609,12	599.694,74
R9.1.1.3	Segurança Social			D7.1.4	Outras	143.000,00	11.028.704,98
R9.1.1.4	Administração Regional			D7.2	Subsídios de capital		
R9.1.1.5	Administração Local			D8	Outras despesas de capital	3.280.000,00	6.000.000,00
R9.1.2	Exterior - U E				<b>Despesa efetiva [5]</b>	<b>944.791.256,64</b>	<b>819.257.934,85</b>
R9.1.3	Outras			D09	<b>Despesa não efetiva [6]</b>	<b>32.053.034,15</b>	<b>34.782.883,99</b>
R9.2	Subsídios de capital			D10	Despesa com ativos financeiros	31.014.700,83	704.019,50
R10	Outras receitas de capital	3.442.839,93	946.240,89		Despesa com passivos financeiros	1.038.333,32	34.078.864,49
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos	895.458,08	53.663,50		<b>Soma [7]=[5]+[6]</b>	<b>976.844.290,79</b>	<b>854.040.818,84</b>
	<b>Receita efetiva [2]</b>	<b>796.596.564,07</b>	<b>740.580.025,76</b>		<b>Operações de tesouraria [C]</b>	<b>11.739.272,42</b>	<b>12.908.635,68</b>
R12	Receita não efetiva [3]	50.625.000,00	13.500.000,00		Saldo para a gerência seguinte	165.926.109,28	295.425.323,94
R13	Receita com ativos financeiros	125.000,00			Operações orçamentais [8] = [4]-[7]	147.737.645,72	280.320.032,24
	Receita com passivos financeiros	50.500.000,00	13.500.000,00		Operações de tesouraria [D]=[A]+[B]-[C]	18.188.463,56	15.105.291,70
	<b>Soma [4]=[1]+[2]+[3]</b>	<b>1.124.581.936,51</b>	<b>1.134.360.851,08</b>		<b>Saldo global [2] - [5]</b>	<b>-148.194.692,57</b>	<b>-78.677.909,09</b>
	<b>Operações de tesouraria [B]</b>	<b>14.822.444,28</b>	<b>11.301.899,20</b>		<b>Despesa primária</b>	<b>942.184.943,26</b>	<b>815.944.184,67</b>
					Saldo corrente	-14.445.341,20	52.302.185,64
					Saldo de capital	-134.644.809,45	-131.033.758,23
					Saldo primário	-145.588.379,19	-75.364.158,91
					<b>Receita total [1] + [2] + [3]</b>	<b>1.124.581.936,51</b>	<b>1.134.360.851,08</b>
					<b>Despesa total [5] + [6]</b>	<b>976.844.290,79</b>	<b>854.040.818,84</b>

Inclui Município de Lisboa, GEBALIS Gestão do Arrendamento Social dos Bairros Municipais de Lisboa e Lisboa Ocidental, SRU

Inclui Município de Lisboa, GEBALIS Gestão do Arrendamento Social dos Bairros Municipais de Lisboa e Lisboa Ocidental, SRU

## 2 DEMONSTRAÇÃO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA RECEITA CONSOLIDADA

Demonstração de Execução Orçamental da Receita Consolidada - Liquidações  
31 de dezembro de 2021

(unidade: Euro)

Rubrica	Descrição Rubrica	Liquidações	
		Consolidado 2021	Consolidado 2020
R1	Receita fiscal	<b>502.649.898,88</b>	<b>474.870.249,63</b>
R 1.1	Impostos Diretos	502.649.898,88	474.870.249,63
R 3	Taxas, Multas e Outras Penalidades	53.700.727,75	60.983.025,06
R 4	Rendimentos de Propriedade	14.580.076,06	15.708.652,75
R 5	Transferências e Subsídios Correntes	<b>83.449.677,92</b>	<b>65.968.031,67</b>
R 5.1	Transferências Correntes	<b>83.449.677,92</b>	<b>65.968.031,67</b>
R 5.1.1	Admin. Públicas	82.495.007,15	62.754.862,03
R 5.1.1.1	Administração Central - Estado Português	78.550.914,39	58.942.135,72
R 5.1.1.2	Administração Central - Outras Entidades	3.944.092,76	3.812.726,31
R 5.1.2	Exterior - U E	951.627,68	3.213.169,64
R 5.1.3	Outras	3.043,09	
R.5.1.5	Administração Local		
R 5.2	Subsídios Correntes		
R 6	Venda de Bens e Serviços	108.047.903,08	127.743.021,89
R 7	Outras Receitas Correntes	12.352.569,54	17.893.137,95
R 8	Venda de Bens de Investimento	1.512.631,32	
R 9	Transferências e Subsídios de Capital	<b>9.206.899,98</b>	<b>17.285.392,50</b>
R 9.1	Transferências de Capital	<b>9.206.899,98</b>	<b>17.285.392,50</b>
R 9.1.1	Admin. Públicas	9.206.899,98	17.285.392,50
R 9.1.1.1	Administração Central - Estado Português	5.282.445,90	2.489.347,01
R 9.1.1.2	Administração Central - Outras Entidades	3.924.454,08	14.796.045,49
R 9.1.2	Exterior - U E		
R 9.2	Subsídios de Capital		
R 10	Outras Receitas de Capital	2.787.877,87	2.211.365,06
R 11	Reposições não Abatidas aos Pagamentos	725.207,09	199.885,48
R 12	Receita com Ativos Financeiros	125.000,00	
R 13	Receita com Passivos Financeiros	50.500.000,00	13.500.000,00
R 14	Saldo da Gerência Anterior - Operações Orçamentais	271.350.184,18	371.998.334,71
	<b>Total</b>	<b>1.110.988.653,67</b>	<b>1.168.361.096,70</b>

Inclui Município de Lisboa, GEBALIS Gestão do Arrendamento Social dos Bairros Municipais de Lisboa e Lisboa Ocidental, SRU

### 3 DEMONSTRAÇÃO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA DESPESA CONSOLIDADA

Demonstração de Execução Orçamental da Despesa Consolidada - Obrigações  
31 de dezembro de 2021

(unidade: Euro)

Rubrica	Obrigações	
	Consolidado 2021	Consolidado 2020
<b>Despesa Corrente</b>		
D1 Despesas com o pessoal	<b>278.464.580,38</b>	<b>266.664.361,83</b>
D1.1 Remunerações certas e permanentes	187.883.875,04	178.118.674,38
D1.2 Abonos variáveis ou eventuais	30.528.933,68	31.093.148,03
D1.3 Segurança social	60.051.771,66	57.452.539,42
D2 Aquisição de bens e serviços	232.550.862,36	200.656.460,66
D3 Juros e outros encargos	2.606.313,38	3.313.750,18
D4 Transferências e subsídios correntes	<b>270.114.427,03</b>	<b>202.834.240,23</b>
D4.1 Transferências correntes	<b>168.252.440,63</b>	<b>143.780.449,87</b>
D4.1.1 Administrações Públicas	77.928.045,18	95.419.574,29
D4.1.1.1 Administração Central - Estado Português	5.878.344,31	4.323.667,69
D4.1.1.5 Administração local	72.049.700,87	91.095.906,60
D4.1.2 Entidades do setor não lucrativo	45.884.727,24	43.241.603,61
D4.1.3 Famílias	4.733.192,25	533.210,26
D4.1.4 Outras	39.706.475,96	4.586.061,71
D4.2 Subsídios correntes	101.861.986,40	59.053.790,36
D5 Outras Despesas Correntes	9.160.042,59	11.819.998,82
<b>Despesa de Capital</b>		
D6 Aquisição de bens de capital	112.653.107,42	89.225.885,77
D7 Transferência e subsídios de Capital	<b>43.046.731,69</b>	<b>43.685.501,14</b>
D7.1 Transferências de capital	<b>43.046.731,69</b>	<b>43.685.501,14</b>
D7.1.1 Administrações Públicas	26.843.027,46	15.107.122,60
D7.1.1.2 Administração Central - Outras entidades	0,00	104.300,00
D7.1.1.5 Administração local	26.843.027,46	15.002.822,60
D7.1.2 Entidades do setor não lucrativo	15.327.095,11	16.949.978,82
D7.1.3 Famílias	733.609,12	599.694,74
D7.1.4 Outras	143.000,00	11.028.704,98
D8 Outras despesas de capital	3.280.000,00	6.000.000,00
D9 Despesa com ativos financeiros	-	704.019,50
D10 Despesa com passivos financeiros	32.053.034,15	34.078.864,49
<b>Total</b>	<b>983.929.099,00</b>	<b>858.983.082,62</b>

Inclui Município de Lisboa, GEBALIS Gestão do Arrendamento Social dos Bairros Municipais de Lisboa e Lisboa Ocidental, SRU

